



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

A JOVEM MARIA DO DISTERRO: MEMÓRIAS DA DOCÊNCIA EM
UMA ATUAÇÃO PROFISSIONAL SOCIALMENTE CONSTITUÍDA

PEDRO FELIPE RIBEIRO SILVA

CAJAZEIRAS-PB

2018

PEDRO FELIPE RIBEIRO SILVA

A JOVEM MARIA DO DISTERRO: MEMÓRIAS DA DOCÊNCIA EM
UMA ATUAÇÃO PROFISSIONAL SOCIALMENTE CONSTITUÍDA

Monografia apresentada a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção de nota.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Rita Uhle

CAJAZEIRAS-PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

S586j Silva, Pedro Felipe Ribeiro.
A jovem Maria do Disterro: memórias da docência em uma atuação profissional socialmente constituída / Pedro Felipe Ribeiro Silva. - Cajazeiras, 2018.
56f.: il.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Rita Uhle.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2018.

1. Memórias. 2. Maria do Desterro. 3. Formação do magistério. 4. Identidade docente. I. Uhle, Ana Rita. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 929:37.011.3-051

PEDRO FELIPE RIBEIRO SILVA

A JOVEM MARIA DO DISTERRO: MEMÓRIAS DA DOCÊNCIA EM
UMA ATUAÇÃO PROFISSIONAL SOCIALMENTE CONSTITUÍDA


Aprovado em: 16 / 03 / 2018

Orientadora: 

Prof. Dra. Ana Rita Uhle



Prof. Dra. Rosemere Olimpio de Santana



Prof. Dr. Israel Soares de Sousa

CAJAZEIRAS-PB

2018

AGRADECIMENTOS

Gratidão é o reconhecimento de algo vivenciado, que não está no pretérito e nos permite revisitá-lo. Percebo-me como a antiga estação de trem de Cajazeiras, uma superfície e os seus diversos momentos. A coleção de fotografias preserva os vagões da locomotiva, ali estão os desencontros com algumas pessoas, ideias e sentidos que se desfizeram nas linhas passadas. Perpassando pela resignificação, me permito à construção do Núcleo de Extensão Cultural, o *neque*, onde as intervenções da universidade dão novas cores ao espaço que se sentia deslocado do contexto social. Anteriormente interligada a uma rede, com outras estações, centralizada na figura do comandante, hoje, é um extenso encontro de viagens inesquecíveis. Assim, sou outra estação, aberta a novos passageiros, que compartilham o tempo de sua existência nas acomodações internas de palco, luzes e som, me preenchendo com novos espetáculos.

“Canções da minha dor
Canções do meu pesar
Canções do meu amor
Canções do meu amar
Quem agora é distante para me dizer

O que eu sou, eu sou em par
Não cheguei sozinho.”

Lenine

RESUMO

Esta monografia tem como principal objetivo analisar a formação profissional de Maria do Disterro, professora do ensino básico da rede pública da cidade de Cajazeiras - PB, por meio de uma narrativa biográfica, priorizando as questões cotidianas do contexto em que a biografada está inserida. Para tanto, utilizando-se do relato de vivências da docente, das fontes documentais e iconográficas da formação para o magistério, elaboramos um arranjo teórico e os cuidados metodológicos que possibilitaram o desenvolvimento narrativo do recorte temporal analisado. No processo investigativo vamos perceber o olhar individual da professora sobre o passado que foi vivenciado, em espaços onde a sua percepção evoca a imagem coletiva do mesmo em consonância com a reconstrução de sua juventude. A jovem professora e esses espaços pertencem a uma série de representações coletivas que compõem o centro de problematizações desse trabalho, discutindo sobre a limitada estrutura de espaços profissionais possíveis para a mulher alcançar no campo educacional da década de 1980. Com isso, a partir das proposições categóricas de gênero apresentadas por Joan Scott, iremos compreender as relações sociais que constituem o papel profissional da nossa personagem e a identidade docente assumida pela mesma.

Palavras-chave: Memórias; formação do magistério; identidade docente.

ABSTRACT

The monograph has as objective to analyze the professional formation of Maria do Disterro, a teacher of the public and basic education of state of Paraíba at Cajazeiras city, through a biographical narrative, prioritizing the daily issues of the context in which the biography is inserted. Using the experience of the teacher, documentary and iconographic sources, we used a theoretical arrangement and a careful methodological to qualify the narrative analyzed. In the investigative process we are going to perceive the teacher's individual gaze about the past that has been experienced, in spaces where her perception evokes the collective image of the same in consonance with the reconstruction of her youth. The young teacher and these spaces, belong to a series of collective representations, that make up the center of problematizations, discussing the limited structure of spaces for women in the educational field of the 1980s. Therefore, from the propositions categorical genres presented by Joan Scott, we will understand the social relations that constitute the professional role of Disterro and the teaching identity assumed by her.

Keywords: Memories; teacher training; teacher identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 MEMÓRIA.....	19
1.1 O nome próprio.....	20
1.2 A escala de análise.....	23
2 AS RELAÇÕES SOCIAIS.....	25
2.1 Demarcações simbólicas.....	26
2.2 Normatizações	32
2.3 As organizações sociais de uma identidade subjetiva	41
3 IDENTIDADE DOCENTE.....	48
3.1 A pequena Maria do Disterro e uma responsabilidade adulta	48
3.2 O sentido histórico dessa identidade profissional.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
ANEXOS.....	64

INTRODUÇÃO

Um dos argumentos utilizados para explicar uma atuação profissional bem sucedida, é a vocação. Nesse sentido, em duas entrevistas, Maria do Disterro, professora da rede pública de ensino, na cidade de Cajazeiras, Paraíba, descreve as suas experiências na formação do magistério, um relato sobre sua vida, sem interferências durante a gravação. Desse modo, algumas questões se tornaram interessantes para a investigação. Quais foram as suas escolhas na elaboração da fala? E o porquê dessas? Optamos por uma análise que percorre o seu ensino básico e o curso pedagógico; as atuações em creches da cidade e no Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral; e o início da carreira.

Segundo Vani Moreira Kenski, as práticas pedagógicas vivenciadas por um docente no passado, influenciam na criação de metodologias de ensino do presente. Incluindo a relação das memórias de professores em exercício, com as situações de ensino da prática atual. Neste caso, a memória do professor é o que se pretende estudar, onde a autora afirma ser esse, o viés de inúmeros trabalhos desenvolvidos no campo de estudos da Educação, “com os mais diversos objetivos e em praticamente todos os segmentos da área” (1994).

Notamos que o início de atuação na escola municipal Maria Guimarães Coelho, no ano de 1986, representa para a professora, o momento de concretização do esforço pessoal, que perpassa por um processo de migração à zona urbana de Cajazeiras e por uma recuperação do ensino escolar interrompido. A docente constrói um percurso, reiniciando o 1º grau (ensino fundamental), a partir da 5ª série na Escola Municipal Costa e Silva, estando com 22 anos de idade. No mesmo momento, se submete aos exames supletivos, para adiantar a conclusão dessa fase de ensino, obtendo êxito, lhe permitindo no ano seguinte o direito de matrícula no 2º grau. No ano de 1982 inicia essa outra etapa, na Escola Estadual Crispim Coelho, conhecida como “Colégio Estadual”. Desde a sua chegada à cidade, residindo na casa de um tio, Maria do Disterro, atuava em creches, um meio possível de adquirir materiais de higiene pessoal, oferecidos por uma agente da prefeitura como gratificação aos serviços prestados. Desse modo, a docente descreve o cotidiano de conciliação entre estudos e trabalho, um período em que surgem os primeiros anseios pela profissão atual. Antes mesmo de concluir a fase de estudos no “Colégio Estadual”, a jovem Maria do Disterro conseguiu adentrar ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes, onde um sonho começa a se materializar. De um

modo acelerado, no ano de 1980 a jovem Maria do Disterro retornou os estudos do 1º grau, interrompidos na infância, na zona rural, chegando em 1985 à conclusão do Curso Pedagógico de Habilitação ao Magistério. Essas demarcações que a professora nos apresentou através das suas lembranças, permitiram construir um cenário social relevante às discussões da História da Educação do Brasil.

Para isto, à luz das reflexões teóricas sobre memória desenvolvida pelo sociólogo Maurice Halbwachs, analisamos as lembranças da docente. Para o autor, trata-se de um fenômeno histórico da evocação de eventos que foram vivenciados ou não, por sujeitos do presente, recorrendo à memória coletiva do grupo social que pertence. Assim sendo, nos dedicamos ao “levantamento individualizado da memória de um professor” (KENSHI, 1994) um dos caminhos metodológicos seguido pelas pesquisas sobre memória no campo da Educação.

Ao mencionar as entrevistas como ferramenta da pesquisa, devemos levar em consideração os aspectos relacionados à História Oral. Assim, a historiadora Sônia Maria de Freitas realiza uma série de considerações a respeito da sua utilização, em um processo que lhe define. “História Oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana” (2006). De tal maneira, as entrevistas possibilitam a criação de fontes com a finalidade de compreendermos o passado, sendo um processo conjunto de análise que envolve documentos escritos, imagens e demais fontes. A metodologia não se resume unicamente ao eventual momento da gravação. O método se torna eficaz, quando nos atentamos para os procedimentos anteriores e posteriores a entrevista. Um processo que envolve a escolha do tema, a produção de uma ficha biográfica do sujeito investigado e desses dados a elaboração de um roteiro para a entrevista.

O tema da pesquisa surgiu no contato com a Escola Municipal Maria Guimarães Coelho, ao longo da graduação. No ano de 2014, através do Programa Mais Educação, tive a oportunidade de atuar como tutor, conhecendo de perto a realidade de alguns adolescentes do bairro São Francisco, uma comunidade marginalizada pela sociedade cajazeirense. O primeiro contato me impulsionou a manter-me ligado a esse espaço escolar, que se realizaram na disciplina de Estágio Supervisionado I, em 2016, e no Projeto de Extensão intitulado: “*Meu lugar na escola, meu lugar no mundo*”. Assim, estreitei minha relação com a escola, percebendo a possibilidade de pesquisar algo relacionado à instituição. No arquivo da escola, iniciei o levantamento das fontes documentais, e no contato com esse material, constatei o nome de Maria do Disterro na

admissão do cargo de diretora, de modo consecutivo. Ao todo foram quase treze anos de atuação. O passo seguinte foi localizá-la e compreender sua relação com a escola. Em 2017, estive presente em um encontro de planejamento do ano letivo da rede municipal de ensino de Cajazeiras e naquela oportunidade obtive o meu primeiro encontro com a professora. No dia seguinte nos encontramos na Escola Municipal Galdino Pires, em uma longa conversa que contemplou o processo de formação e as experiências em outros espaços educacionais da cidade. Com a satisfação de ser convidada a participar da pesquisa, Maria do Disterro, dias depois, me disponibilizou fotografias que fazem parte do seu acervo pessoal. Diante disso, o sentimento de estar em contato com o sujeito de investigação do trabalho foi alcançado. A escolha do tema se deu no instante em que percebemos que a professora tornou-se o ponto de partida da nossa análise. Nesse diálogo, relatei minhas experiências na Escola Maria Guimarães Coelho, revelando a importância da instituição, no meu processo de formação acadêmica. Diante das implicações metodológicas da História Oral, Alessandro Portelli opõe-se a esse procedimento de neutralidade e distanciamento, o autor entende que, na relação com o seu entrevistado, a impessoalidade pode ocasionar um desconforto. “Por que devo eu esperar que outros me falem de sua vida se eu não me mostro disposto a contar algo a respeito da minha?” (PORTELLI, 1997). Entretanto, apesar da potencialidade de “resgatar o indivíduo como sujeito no processo histórico” (PORTELLI, 1997), as estratégias que conduzem a gravação devem respeitar a disponibilidade do entrevistado. A carga horária de trabalho da professora preenche os três turnos, desse modo, uma das entrevistas foi realizada na Escola Municipal Galdino Pires, na tarde do dia 27 de julho de 2017, em decorrência da aplicação de provas, possibilitando um tempo livre no segundo horário de aulas. A segunda entrevista foi realizada na Escola Estadual Crispim Coelho, no dia 02 de Agosto de 2017, pela disposição de horário livre. Seguimos as indicações pós-entrevista, realizando a transcrição do áudio, disponibilizando o texto escrito para a entrevistada conferir as informações e posterior autorização de uso do documento. Diante de algumas precauções que são apresentadas por Alessandro Portelli, espera-se do intelectual o seu compromisso ético com o material adquirido, um respeito pela pessoa com que está trabalhando, pois não podemos fechar os olhos para esse cuidado. Entretanto, na fonte oral o sujeito entrevistado, elabora de forma coerente as vivências do período que está sendo investigado. É necessário compreender que esse sentido, dado por Maria do Disterro, é mediado pela recuperação de vivências que

ocorreram em diferentes momentos do passado, e esse processo caracteriza a memória histórica.

As pessoas não têm em suas memórias uma visão fixa, estática, cristalizada dos acontecimentos que ocorreram no passado. Pelo contrário, existem múltiplas possibilidades de se construir uma “versão” do passado e transmiti-la oralmente de acordo com as necessidades do presente. É nesse momento da narrativa de uma “versão” do passado, que as lembranças deixam de ser memórias para se tornarem histórias. (KENSKI, 1994, p. 58).

Compreende-se dessa maneira que a vida é orientada dentro de um projeto previamente elaborado e transcrito em uma conexão cronológica. Nessa continuidade, o exame da fonte oral inicia-se na *situação de investigação* (BOURDIEU, 2006), no momento em que está sendo realizada a entrevista. O investigado fará disso a melhor *produção de si* (BOURDIEU, 2006), apresentando uma autoimagem oficial proporcionada pela sua memória, instituída socialmente. Os conteúdos da memória são as lembranças evocadas a partir da relação de pertencimento do indivíduo com alguns grupos sociais. Maria do Disterro apresenta, durante o relato, a identificação com os profissionais da rede pública de ensino, que se formaram na década de 1980; com os processos educacionais das creches onde trabalhou; com o processo de alfabetização do Mobral; com o processo de formação do magistério, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Sendo assim, foi possível, por meio de um processo conjunto de observação e análise, que envolve documentos escritos, imagens e o relato de vivências da professora Maria do Disterro, compreender a relação de pertencimento social desse sujeito histórico com as posições ocupadas, realizando uma apresentação de si dentro do campo educacional onde atuou.

Construímos uma narrativa que leva em consideração os planos educacionais dirigidos à sociedade brasileira na década de 1980, desse modo, analisamos as atribuições de Maria do Disterro em seus atos de boa-vontade, no que se refere ao trabalho nas creches, oferecendo aulas de reforço. Logo em seguida, lhe reservaram a supervisão desses espaços, sem remuneração financeira, caracterizada pelo “mito da mulher como educadora nata” (ARCE, 2001), algo que discutiremos à frente. Essas atividades eram desenvolvidas durante o dia, à noite a jovem estava em aula. No ano de 1984, surge uma oportunidade de ministrar aulas no Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral. Com o objetivo de erradicar o analfabetismo no país, o governo militar instituiu esse programa, nos anos de 1970. Para a jovem Disterro

representou a ocasião de receber um auxílio financeiro, a cada dois meses. No período, Maria do Disterro frequentou o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, entre os anos de 1983 e 1985, o lugar onde despertou sua vocação. As apresentações de seminários no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, são os espaços de aprendizagem para a elaboração de plano de aula, plano de curso e metodologias de ensino. Seu desempenho nessas atividades lhe trouxeram o sentimento de cultivo de um dom, atuar em sala de aula. Por meio de um currículo que estava em vigência no país desde a Lei de complementação n. 5.692, de 1971, o curso aproximava-se do projeto de ¹Instituições de Habilitação Específica para o Magistério, agrupando o Curso Normal ao ginásio/colegial. Na década de 1980, através dos programas de pós-graduação e a organização de professores em associações, surgiram diversas críticas ao modelo de formação dos professores que atuavam nas primeiras séries do 1º grau (anos iniciais do ensino básico, modo pelo qual é conhecido atualmente) tendo uma formação estruturada no ensino de 2º grau (correspondente ao atual ensino médio). No livro *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*, Paula Perin Vicentini discute as precariedades da aplicação desse currículo, em que se observa o contexto de crise pelo “modo apressado” (2009) dessa formação docente. O Estado buscou dessa forma, garantir algum tipo de preparo que acrescentasse um número significativo de docentes em salas de aula por todo o país. Um currículo que se submeteu as particularidades regionais para se concretizar.

Em razão disso, a implementação do Curso de Magistério não foi imediata e tampouco se processou nas mesmas condições em todas as regiões brasileiras, o que se tornou necessário prever, na lei, as variações possíveis em termos da preparação para que todos pudessem ajustar-se às normas legais. Desse modo, estabeleceram-se várias modalidades de estudo aceitável para o exercício docente no primeiro grau, sendo a escolarização mínima requerida a Habilitação para o Magistério (curso de 3 anos em nível de segundo grau), que permitia ensinar de 1ª a 2ª séries. (VICENTINI, 2009, p. 50).

A Habilitação para o Magistério está intrinsecamente associada ao projeto de implantação de novas instituições escolares, pelo Brasil. No ano de 1986 é inaugurado o

¹ As Instituições de Habilitação do Magistério foram implantadas no Brasil em 1983, um projeto que nesse primeiro momento atendeu seis estados. Na Paraíba esse projeto é inserido em 1987. “Vale lembrar que os cursos em nível secundário de habilitação ao magistério também não se encontram extintos no país e, após a LDB de 1996, voltaram a se chamar Cursos Normais.” (VICENTINI, 2009, p. 53).

Grupo Escolar Maria Guimarães Coelho, tornando-se o local de primeira experiência contratual da jovem recém-formada. Nos anos de 1990, após os processos de redemocratização do país e as medidas implantadas na educação, a instituição passa a ser denominada de Escola Municipal Maria Guimarães Coelho. Ao elaborar as suas memórias, a professora, constrói uma identidade profissional, que permanece existindo na reconstrução da jovem Maria do Disterro, incluindo as vivências nessa última instituição, e as anteriores.

Hoje, Maria do Disterro, 61 anos de idade, professora de ensino religioso, em outros momentos assumiu as disciplinas de ensino de artes, língua portuguesa e outras áreas, que compõe as experiências em sala de aula, nos revela os detalhes da jovem. Para tanto, a narrativa biográfica, possibilita um detalhamento de questões observadas no processo de criação das fontes, “que dê conta dos elementos contraditórios que constituem a identidade de um indivíduo e das diferentes representações que dele se possa ter” (LEVI, 2006). Contradições que segundo Mary Del Priori vem sendo resolvida no campo historiográfico por meio da biografia. “Trata-se, portanto, de achar um equilíbrio entre o indivíduo ou o personagem, seu livre-arbítrio, suas intenções pessoais e a escala mais ampla de convenções culturais e “mentalidades coletivas” nas quais ele está imerso.” (2009).

A escolha pela narrativa biográfica me exigiu uma compreensão desse campo, pois, em um primeiro momento fiquei inseguro, ao observar as críticas que foram apontadas pela bibliografia de alguns autores. Todavia, as proposições apresentadas por Benito Bisso Schmidt, me motivaram a desbravar esse campo de produção. O autor demonstra alguns pontos fundamentais para organização do texto, que foram utilizadas na nossa produção narrativa. O ponto inicial é o enfoque nos personagens, não se prendendo aos grandes homens da sociedade, como é observado em toda a trajetória tradicional dessa escrita. A escolha perpassa a perspectiva de representatividade do “homem-comum”. O autor nos convida a perceber a possibilidade de investigar “os espaços de exercício da liberdade possíveis em uma determinada sociedade” (SCHMIDT, 2000), salientando que não busca realizar parâmetros entre classes, ou indivíduos e suas importâncias. É perceptível nas produções atuais o afastamento dessas emboscadas, em vista de renovação da escrita. “Isso acontece, geralmente, quando seus autores levam em conta as críticas já feitas ao gênero, procurando integrá-las às suas preocupações.” (SCHMIDT, 2003). Na intitulação, “*A ilusão biográfica*”, o sociólogo francês Pierre Bourdieu indica uma questão muito discutida sobre o gênero textual,

outro ponto examinado por Schmidt, que se refere à forma de construção da narrativa biográfica. Pois a mesma exige dos historiadores um distanciamento da linearidade cronológica e envolver-se com diferentes temporalidades. É um desafio!

Assim, um dos principais desafios dos biógrafos na atualidade é captar os personagens enfocados a partir de diferentes ângulos, constituindo-os não de uma maneira coerente e estável, mas levando em conta suas hesitações, incertezas, incoerências, transformações. (SCHMIDT, 2014, p. 197).

No momento em que nos encontramos para conferir a transcrição da entrevista, Maria do Disterro, devolveu em mãos o texto e me pediu que realizasse a leitura. De olhos fechados, a professora se permitiu ao contato com as vivências do passado. Deparando-se com o distante percurso entre a casa do seu tio até a escola, no retorno ao ensino escolar. As lágrimas são inevitáveis no reencontro com o Padre Luiz Gualberto, o diretor que lhe conferiu uma bolsa de estudos no Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Os seus primeiros dias de trabalho, nos pequenos vãos do Grupo Escolar Maria Guimarães Coelho, que já se modificaram com as reformas da atual escola. A significação dos fatos é seletiva, a nossa biografada constrói um enredo, e a partir desse, o nosso olhar investigativo discute a contextualização do cenário social.

Em episódios da obra literária de Marcel Proust, intitulada *Em Busca de Um Tempo Perdido*, encontramos as inspirações para essa produção. O autor denomina de memória involuntária o reconhecimento de imagens que deixaram de existir, mas permanecem ocultas em sabores e odores “em que pelo menos nosso espírito sempre teve acesso.” (HALBWACHS, 2011). Atento ao sinônimo de continuidade dessa impressão, temos o termo permanência, o sentido dado por Maurice Halbwachs para compreendermos a tenacidade de preservação da memória individual, nas camadas da memória coletiva.

Porque em alguma parte de nós mesmos permanecemos em contato com as forças que a produziram, ainda que estas já não estejam materialmente presentes e sentimos que nos seria possível, fazendo o necessário esforço, remontando o suficiente nessa ou naquela corrente de pensamento coletivo em que ainda estamos envolvidos. (HALBWACHS, 2011, p. 59).

No primeiro volume do romance *Em Busca de Um Tempo Perdido*, intitulado, *No caminho de Swann*, o autor utiliza de forma recorrente o artigo definido *o*, anterior ao personagem *Swann*. “Sem dúvida, o Swann conhecido por tantos sócios do clube daquela época era bem diverso do que minha tia criava em sua cabeça” (2006). Em uma análise semântica realizada por Ana Lúcia de Paula Muller, a autora compreende que “o uso do artigo definido permite que meu ouvinte individualize a pessoa a quem estou me referindo” (1989), implicando em notar a existência do indivíduo em si, utilizando esse artigo antes do nome próprio. Em vista disso, a nossa narrativa percebe no nome próprio “o fio condutor de uma história social diferente: o nome, ou seja, o marcador mais individual” (REVEL, 1998).

[...] nossa personalidade social é uma criação do pensamento alheio. Até o ato tão simples a que chamamos “ver uma pessoa que conhecemos” é em parte uma ação intelectual. Preenchemos a aparência física do ser que vemos com todas as noções que temos a seu respeito, e, para o aspecto global que nos representamos, tais noções certamente entram com maior parte.” (PROUST, 2006, p.16)

A nossa personagem é *A jovem Maria do Disterro*. A começar dela e das relações que lhe constitui na sociedade, nos questionamos sobre a construção dessa imagem que a professora produz para si, e como essa personalidade se inclui na organização social. Para tanto, a partir da definição de gênero como categoria de análise apresentada pela historiadora Joan Scott, utilizamos as proposições que especificam o conceito em, “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, tal como “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1995), para discutir sobre os processos históricos que constituíram a imagem social da professora e as condições desse lugar, apreciando a inserção das mulheres, na escola, uma história permeada por ideais pedagógicos que constituem essas instituições durante o século XX, um processo de mudanças e continuidades que deixam suas heranças.

Diante dos episódios e os significados que compõe o relato de Maria do Disterro, apresentados acima, elaboramos a estrutura textual da narrativa em três capítulos. No primeiro, iremos discutir os aspectos relacionados à MEMÓRIA, compreendendo os mecanismos psicofísicos utilizados pela professora na elaboração autobiográfica, relatando sobre a sua vida e as experiências profissionais do período investigado. Uma releitura do passado, onde esta aponta as incertezas, as angústias e

decisões, em um limitado cenário de possibilidades alcançáveis no campo educacional de Cajazeiras, Paraíba, que compõe o segundo capítulo. Neste, reservamos nossa atenção à análise dos espaços institucionalizados que possibilitaram o acesso da jovem Disterro em atividades na sala de aula, tendo como principal fator, AS RELAÇÕES SOCIAIS que lhes envolvem no processo de formação e garantia de efetivação no contexto social da cidade. Assim, no terceiro capítulo discutiremos as atribuições que justificam a constituição da IDENTIDADE DOCENTE, assumida pela mesma. À vista disso, conseguimos responder às propostas de investigação do recorte temporal optado, compreendido entre 1980 a 1986, construindo uma biografia histórica.

1. MEMÓRIA

“No presente a mente, o corpo é diferente

[...]

O que há algum tempo era novo, jovem

Hoje é antigo.”

Belchior

Partindo da relação interpessoal que o indivíduo possui com as instituições sociais, algo defendido por Maurice Halbwachs, as lembranças representam esse fenômeno intuitivo que busca diante dos elementos apresentados pelo presente reconstruir o passado vivenciado. Na primeira entrevista, realizada com a professora Maria do Disterro, lhe solicitei um relato de vida. A *história de vida* possui na tradição literária uma elaboração de sentido, dada pelo próprio sujeito sobre si.

[...] o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (BOURDIEU, 2006, p. 184).

No que diz respeito aos fatos vivenciados no passado, a memória, é um conjunto de representações coletivas existentes na consciência atual do indivíduo. Existe uma distância entre a Maria do Disterro de hoje e aquela que está sendo descrita, vista por quem relata e imaginada por quem escuta. “Há, por isso, uma extrema subjetividade e uma forte carga emocional quando se trabalha com memória” (ALMEIDA, 1998). Um processo de pertencimento, que conecta a percepção interna do indivíduo com as forças externas do espaço de criação. Na obra *Memória Coletiva*, Halbwachs, discute sobre o ponto de reconhecimento em que converge a criação de uma série de pensamentos, onde as ideias atravessam o sujeito no momento de percepção, que constrói as memórias. Para o autor, mesmo que dispersa, a lembrança é um reconhecimento movimentado pelas “forças que a fazem reaparecer e com as quais sempre mantivemos contato” (HALBWACHS, 2011). Nas entrevistas, Maria do Disterro, utilizou-se de uma intuição sensível, que associou o lugar de criação de

pensamentos com o objeto de fora. Estava em um ambiente escolar, construindo memórias de um espaço semelhante aquele. A professora relatou suas práticas de ensino em duas instituições, que estão localizadas na mesma área da escola Maria Guimarães Coelho. As características de cada uma dessas se assemelham. Refletindo, a sensibilidade de Marcel Proust, com os objetos externos, empregada na construção dos personagens de sua obra, *Em Busca de Um Tempo Perdido*, percebi de modo figurativo, uma relação semelhante entre a Maria do Disterro e a estrutura física da escola, no relato sobre as experiências da jovem. Para M. Halbwachs, a “representação das coisas evocada pela memória individual não é mais do que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas” (HALBWACHS, 2011). Em outras palavras, o olhar individual da professora, enxerga as vivências do passado, nos grupos social da sua juventude, que ocuparam os espaços escolares, no período relatado. A jovem professora pertence a uma série de representações coletivas, que instituem o papel social de sua profissão.

Porque em alguma parte de nós mesmos permanecemos em contato com as forças que a produziram, ainda que estas já não estejam materialmente presentes e sentimos que nos seria possível, fazendo o necessário esforço, remontando o suficiente nessa ou naquela corrente de pensamento coletivo em que ainda estamos envolvidos, Quando reconhecemos um estado desse tipo sabemos o que nos faltava para evoca-lo: a força de reflexão necessária para descobri-lo num ambiente em que pelo menos nosso espírito sempre teve acesso. (HALBWACHS, 2011, p. 59).

Ao observar o olhar de conexão da professora “percorrendo” as paredes de uma sala de aula, da Escola Galdino Pires, é possível notar as dificuldades de fixar algumas demarcações do passado, me tornando naquele instante espectador do trabalho de percepção do sujeito. Para isto, as lembranças são evocadas nesse jogo de aproximações do corrente olhar dessa professora à imagem da jovem Maria do Disterro, que permanece existindo no grupo social, onde foi construída.

1.1 O nome próprio

A jovem Maria do Disterro é a “individualidade socialmente constituída” (BOURDIEU, 2006) e desse modo é também o encadeamento, que nos permite encontrar “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma

espécie de teia social em que o indivíduo está inserido” (GINZBURG, 1989). O desejo de ser professora é o que caracteriza as ações da jovem, na cidade de Cajazeiras, desde as primeiras aulas de reforço em uma creche, no bairro Capoeiras.

E ai eu fui despertando para dar aulas de reforço a crianças, e nessas aulas de reforço foi que eu conheci uma agente social, Irismar, por nome de Irismar, que admirava muito o meu esforço. (...) Depois ela informou que eu poderia fazer a 5ª série na escola Costa de Silva, que atendia adultos, que realmente hoje tem o EJA (Educação de Jovens e Adultos). Na época era 5º ano mesmo, normal para adultos. (MARIA DO DISTERRO).

Irismar é uma das personagens que compõem o relato episódico da professora. De acordo com a perspectiva do nosso trabalho essa personagem se torna a representação institucional de um olhar avaliativo, oferecendo à jovem Maria do Disterro um vínculo para atuar na educação infantil. Está última possui uma imagem que corresponde às expectativas de “educadora nata, passiva, paciente, amorosa, que sabe agir com o bom senso, é guiada pelo coração, em detrimento da formação profissional” (ARCE, 2001). As ações de Irismar, desenvolvidas no espaço público, interagem com a representação privada do relato de vida da nossa biografada, construindo um percurso onde se percebe a “preocupação com a cronologia e tudo o que é inerente à representação da vida como história” (BOURDIEU, 2006). Por mais que a memória individual empregue seus esforços de efetividade, esta se apoia na memória coletiva, “chegando até mesmo a se confundir, mesmo assim essa tem seu próprio caminho.” (HALBWACHS, 2011).

A partir do recorte temporal escolhido nesta pesquisa, Irismar aparece como a personagem que disponibilizou a supervisão das creches à jovem Maria do Disterro, lhe abonando com produtos de limpeza pessoal; indicou a Escola Costa e Silva para a continuidade da formação escolar; e por fim, ofereceu a Portaria municipal para o cargo de professora e a gestão da Escola Maria Guimarães Coelho. Essa agente institucional percebe na jovem, a disposição para trabalhar com o ensino de crianças. A professora enfatiza no seu relato, as condições disponíveis no período em que atuou nas creches: “Irismar, quando vinha de João Pessoa me agradava trazendo sabonete, sandálias, pasta dental, escova”. Além dessa personagem que a docente apresenta, surge, o tio Epitácio, quem lhe acolheu na cidade; Toinho, o coordenador do Mobral; o Padre Luiz Gualberto, diretor do Colégio Nossa Senhora de Lourdes; os prefeitos Zerinho, e Vituriano. A

posição de cada um desses sujeitos, depositada em uma sequência de relações que a professora nos apresenta, é explicada por Pierre Bourdieu da seguinte forma: são os “estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes”. Essa orientação tradicional da biografia, que define um marco inicial na “trajetória” (2006) de um indivíduo, vai sendo acompanhada por uma série de fatos, compondo um cenário, onde a jovem Maria do Disterro, sempre mostrou dedicação às atribuições que lhe foram delegadas, percebendo o reconhecimento dos sujeitos do processo, se agradando com as retribuições oferecidas. Traçando um rumo, que contempla os passos necessários até alcançar o seu objetivo, atuar como professora. Diante dos episódios apresentados acima, a jovem foi se constituindo em incertezas, dúvidas e afirmações que formulam a sua vocação, que é recompensada de forma diferenciada em todos os momentos dessa trajetória.

Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais. Aturada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reparação. (BOSI, 2007, p. 81)

Quando realizei a leitura das entrevistas, através das transcrições, as minhas palavras transmitiam as imagens de atuação profissional da jovem professora, captadas pela concentração de Maria do Disterro, sentada em uma cadeira, com os olhos fechados, ao fim, descreveu a experiência pela impressão de ter assistido um filme. No mesmo instante, foi possível imaginar uma semelhança entre a docente e Elizabeth Teixeira, na produção do filme, *Cabra Marcado Para Morrer*, quando o diretor, Eduardo Coutinho, oferece a está última, o acesso a representações visuais de um momento da sua história de vida.

Perante as conversas com a professora, não registradas em aparelhos de captação digital, tive a impressão de estar vivenciando uma relação, semelhante à de Eduardo Coutinho e Elizabeth Teixeira, na produção do filme *Cabra Marcado Para Morrer*. Porém, a proposta cine-biográfica se distingue da nossa narrativa, no sentido que as “referências históricas servem mais como uma ambientação para as ações e sensações dos personagens, conferindo verossimilhança à narrativa” (SCHMIDT,

2000). Ainda assim, destacamos uma cena, onde a personagem dessa produção audiovisual se assemelha à jovem, atuando na alfabetização de crianças. No primeiro momento de entrevistas do diretor cinematográfico com a personagem principal da trama, observa-se o cotidiano de Elizabeth ministrando aulas de alfabetização em sua residência, possuindo como formação, o 2º ano primário concluído. Pelas informações disponíveis na exibição do filme no ano de 1981, trata-se do atendimento particular de uma professora a um grupo de crianças da cidade de São Rafael, com cerca de três mil habitantes, localizada no interior do Estado do Rio Grande do Norte. O enredo enfatiza a relação do sujeito entrevistado com o movimento de campesinato, nas lutas de resistência a perseguições políticas do regime militar, iniciado em 1964, o mesmo governo que propicia nas décadas de 70 e 80 uma difícil realidade educacional, para a alfabetização de crianças com condições financeiras desfavoráveis. Esse modo de trabalho, assumido por Elizabeth, foi realizado em todo o país, e de forma ainda mais acentuada nas regiões que estão distantes dos grandes centros.

1.2 A escala de análise

O historiador Jaques Revel destaca o empenho dos historiadores italianos Carlo Ginzburg e Giovanni Levi na formulação de proposições no período de crise que a história social sofreu nos anos 70 à luz das certezas de uma modelo que até então não havia sido questionado. De modo consistente, os procedimentos metodológicos dominantes da história social são criticados, deixando de lado os conjuntos maciços do objeto analisado e a longa duração que pretendia observar as transformações ocorridas globalmente. O autor francês aponta-nos uma definição para as finalidades pretendidas pela micro-história “variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama”. Esse redirecionamento da escala de análise, consolidada com a micro-história, eclode no mesmo período de ressignificação da biografia para a História, nos anos 80, apresentando um caráter inovador, nas perspectivas da *Escola dos Annales*. Mediante esse novo ângulo, Carlo Ginzburg, na obra *O Queijo e os Vermes*, enfatiza a existência de um indivíduo na Idade Média e as suas ações de questionamento em torno dos livros da igreja católica, nos espaços públicos daquela época. Uma sociedade que restringia o acesso à leitura para grande parte da população, restando apenas, a crença no que é professado pelos homens da instituição religiosa. O autor consegue entrecruzar a

vivência pessoal de Menocchio, o “fio” da sua biografia, com as circunstâncias, que lhe trouxeram punições severas. Em suma, a partir de um caso específico, o historiador enfatiza as estruturas de mentalidade dos camponeses que habitavam as aldeias medievais, o espaço social onde o seu personagem estava inserido. Por conseguinte, o indivíduo “pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico” (GINZBURG, 1987). Em nosso caso, o processo histórico de feminização do magistério brasileiro, no século XX, explica a ideia de vocação, que aciona as relações sociais da jovem Maria do Disterro, na década de 1980. Houve uma diminuição do número de homens no campo profissional da educação, nos apontando uma análise quantitativa, possível de esclarecer a aumento ocupacional das mulheres nesse espaço. Mas, essa perspectiva se torna rasa para compreendermos as mudanças que ocorreram nas relações patriarcais, com a virada do século XIX. Para tal fim, devemos considerar as “análises sobre a profissão, nas quais classe e gênero exercem papel predominante” (ALMEIDA, 1998), levando em consideração as transformações econômicas, políticas e culturais nas primeiras décadas desse novo período.

2. AS RELAÇÕES SOCIAIS

“Liberdade é pouco. O que eu desejo ainda não tem nome...”

Clarice Lispector

A elaboração dessa releitura do passado aponta as incertezas, as angústias e decisões da jovem Maria do Disterro em uma limitada estrutura dos espaços possíveis de se alcançar no campo educacional de Cajazeiras, Paraíba, na década de 1980. Um contexto propício para tomarmos emprestado o conceito de gênero apresentado pela historiadora Joan Scott como categoria de análise, seguindo por duas proposições. A primeira definição emprega o gênero como “elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”. O segundo percebe o gênero como “forma primária de dar significado às relações de poder” (1995). Nesse momento de análise dos espaços institucionalizados que possibilitam o acesso da jovem às salas de aula no processo de formação e garantia de atividades de efetivação no contexto social da cidade, iremos discutir como são formuladas essas práticas e o intuito dessas se constituírem desse modo.

No nosso país é perceptível a definição sócio-cultural dos papéis sexuais. Desse modo, Jane Soares de Almeida aponta como uma demarcação herdada pela concepção lusitana dos colonizadores, onde “a reponsabilidade feminina nunca deveria transpor as fronteiras do lar, nem ser objeto de trabalho remunerado” (ALMEIDA, 1998), defendido por diversas instituições políticas e intelectuais do país ao longo da sua história. Perceptível nos dias atuais, onde um grupo conservador ainda permanece propagando esses ideais em meio a tantas conquistas e lutas para contornar o contexto social retrógrado. Pensando nas possibilidades e os percursos realizados pela jovem Maria do Disterro, observamos uma estrutura conformista de desinteresse político para o avanço social do Brasil, onde “a educação pública e a profissionalização feminina têm sido sempre relegadas a um plano secundário” (ALMEIDA, 1998). Uma dupla desvalorização, onde o sujeito e a sua atuação profissional, compreendida como espaço de cuidado, não merece a atenção prioritária na elaboração de metas.

O baixo estatuto da carreira docente no ensino primário e na escola pública tem suas raízes mais na divisão classista da sociedade do que, propriamente, na sua feminização. É fato notório no sistema urbano, industrial e capitalista

que as profissões ligadas à população de baixa renda têm sucumbido rapidamente à perda de seu poder aquisitivo, do prestígio e do poder político. Tal constatação deve levar a repensar os estudos sobre o ensino primário e sobre o magistério de uma forma geral. (ALMEIDA, 1998, p. 73).

No Brasil, a partir do século XX foram surgindo os processos de organização profissional do magistério, que na década de 1970 é acompanhada pela implantação da Lei n. 5.692, de 1971, constituindo o primeiro e segundo grau. Uma segmentação do sistema escolar que está presente em Cajazeiras no ano em que a jovem Maria do Disterro chega à cidade. Entre os anos de 1983 a 1985, a jovem obteve a possibilidade de uma formação diferenciada que lhe conferiu a Habilitação de Magistério de 1º Grau, algo comum naquele contexto nacional, onde o Ministério da Educação promovia o incentivo às vastas formas de preparo de professores na garantia de estender o número desses profissionais pelo país. Paula Perin Vicentini define esse momento histórico como, *crise da formação docente*, onde esses ajustes tem a intenção de um aperfeiçoamento raso, em uma realidade de poucos investimentos financeiros. Construindo espaços de formação com expectativas “de preparar adequadamente novos docentes em nível médio, que atuariam no ensino pré-escolar e nas séries iniciais” (VICENTINI, 2009). Não estamos querendo com isso, construir argumentos para questionar a formação docente da Maria do Disterro, mas, discutir o contexto de relações sociais em que a mesma esteve inserida, esse lugar de pertencimento.

2.1 Demarcações simbólicas

O nosso olhar investigativo depara-se com o material de estágio do Curso Pedagógico de 2º grau, do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, no ano de 1985, produzido pela jovem Maria do Disterro e preservado na residência da professora. Entre esses documentos escritos destaca-se um modelo de álbum fotográfico composto pelo recorte de imagens de revistas, contendo legendas, algo elaborado pela jovem com a finalidade de construir uma narrativa que expõe uma representação da mesma, com características da sua personalidade e apresenta sua família e amigos. A personagem construída pela jovem possui como nome próprio, Edna, que evoca aspectos simbólicos de anseios referentes à constituição social dos relacionamentos afetivos. A (o)s irmã (o)s de Edna: Nininha, Fá, Moreira são apresentados em relacionamentos conjugais bem sucedidos. Desses, dois casais possuem filhos. Ela apresenta uma imagem referente ao início de namoro da irmã Fá e seu esposo Dé. Um estado de relacionamento que

caracteriza a apresentação dos seus amigos Solange, solteira, que “gosta de rapaz alto e magro.” Numa sequência de três imagens ela narra uma cena: Ela acorda Kátia para atender ao telefone, pois na linha está o noivo da amiga, Valmir, marcando um encontro. E para encerrar essa série, os amigos Josey e Amaral no exato momento em que marcam o noivado. Não estamos retratando algo fora do comum da realidade de muitas jovens e os desejos sendo exacerbados nas expectativas em torno de um relacionamento comprometido com o ordenamento familiar. Pois a jovem Maria do Disterro, nesse mesmo material enfatiza, em autoria do texto: - “Não gosto muito de namorar, não é qualquer rapaz que assume esse compromisso”. Ao olhar analítico que nos aponta a definição de gênero como elemento em que se constituem as relações sociais fundamentadas nas diferenças entre os sexos, indicado por Scott, é um conjunto de outros elementos que não necessitam operar simultaneamente, porém, “nenhum dentre eles pode operar sem o outro”. Para tanto, Edna, não só reproduz uma ideia de constituição pessoal da jovem Maria do Disterro, como evoca uma representação simbólica sob a mulher, característica da tradição cristã ocidental, uma visão dualística em torno de Eva e Maria. O discurso da jovem autora pode ser correspondido a uma pessoa que preze pela responsabilidade social corporativa em vista do desenvolvimento dos mecanismos de sustentam as relações institucionais e o seu funcionamento produtivo, que se encerra na epistemologia ética da concepção. Mas nas relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, é cobrado um preço alto para a intitulação da figura secundária.

Eu Maria do Disterro e minhas características reais. Sou uma pessoa simples, alegre. Principalmente quando os sacrifícios me rodeiam, pois só assim eu testo o meu espírito. Não sei dizer “não”, mas, quando não posso agir, procuro a maneira possível para dar uma resposta. Eu gosto da pontualidade e da responsabilidade, porém, eu só não gosto de mentiras, nem também de menosprezar as pessoas, principalmente quando se trata de “ser humano” Respeito os sentimentos alheios, pois cada um tem seu modo de pensar e de agir. Sou religiosa e tudo que planejo, que faço converso principalmente com Deus. Não acho nada difícil quando há luta, força, organização e boa vontade. [...] Gosto de decisão, sou clara e reconheço o meu erro. Sou aluna do 3º Ped. Gosto de todos os professores e de todas as minhas colegas. Pretendo ser uma boa professora como também uma educadora. Afinal quem sou eu? Gostaria de ser um gênio principalmente p/ conquistar os meus objetivos. (MARIA DO DISTERRO).

A realidade dessa jovem situa-se em um contexto de aprimoramento das condições históricas de formulação institucional da figura feminina ao assumir o magistério no contexto social, que traduz esse olhar de responsabilidade com a profissão que se vincula aos desejos de Edna, “aliado ao desempenho de um trabalho remunerado às aspirações humanas e efetivas que sempre lhes foram definidas pela sociedade” (ALMEIDA, 1998). Reforçando mitos históricos que recaem sob a mulher, acompanhados por essa representação das figuras bíblicas citadas acima, “luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção” (SCOTT, 2012).

A personagem Edna é resultante da criatividade da jovem Maria do Disterro em torno da produção textual, um marco da sua passagem pelo Colégio Nossa Senhora de Lourdes. É a materialização de um olhar que vai se definindo. Essa relação é importante para compreendermos as formulações discursivas em torno da figura apresentável de uma professora e sua importância para sociedade. Um elemento de controle “que enaltece a grandeza de sua missão” justificando o valor simbólico da sua atividade, como forma de compensação dos desajustes salariais e as precárias condições de trabalho. O sacrifício é inerente à própria vivência do professor em sala de aula, lugar onde o sujeito consegue superar essas dificuldades.

Além disso, esse tipo de discurso pode servir, ainda, para desqualificar a adoção de práticas reivindicativas mais agressivas – tais como passeatas, atos públicos e greves – apresentadas como incompatíveis com a nobreza de sua função, cuja principal recompensa não provém da remuneração, mas sim da possibilidade de promover o aprendizado dos alunos, cientes da sua importância para a sociedade. (VICENTINI, 2009, p. 163).

Desse modo, como podemos observar esse processo de formação institucional de uma ideia de sacrifício engrandecedor do magistério? A recompensa simbólica é uma ferramenta que vai compondo o enredo de vivências da jovem Maria do Disterro, lhe constituindo como profissional para assumir as tarefas futuras de uma docente de escola pública.

Um recorte da matéria do jornal *O Norte*, preservada no álbum de fotografias destaca a lembrança de um momento vivenciado pela jovem nesse Colégio. Premiada em um concurso de redação realizado no estado da Paraíba pela Coordenação de Moral e Civismo (COMOCI). Um órgão que carrega em sua denominação um marco das concepções educacionais do respectivo período, outro componente à memória da professora nesse reencontro com o espaço escolar na cidade de Cajazeiras. Uma

disciplina presente nos currículos escolares do país desde o Decreto-lei nº 2.072, de 08 de março de 1940, garantindo à jovem Maria do Disterro à habilitação para prosseguir estudos do 2º grau após a sua aprovação nos Exames de Suplência de Educação Geral, em 1980.

Depois do 5º ano, mesmo assim, quando eu entrei comecei a procurar o supletivo aqui em Cajazeiras, e foram me informando, onde você fazia as provas a cada seis meses, e me inscrevi. Fiz o primeiro grau, do 5º ao 9º, eram sete disciplinas, eu passei em seis, fiquei apenas em Educação Moral e Cívica. E continuei estudando até dezembro, terminando o 5º ano, e me inscrevi na disciplina que tinha reprovado, passei, e fui aprovada. Depois disso, fui para o colégio estadual fazer o 1º, ensino médio. (MARIA DO DISTERRO).

No relato da professora é perceptível um discurso que se desenvolve longamente dentro de uma série diferenciada de eventos que perpassam por uma divisão de tempo da história de vida da mesma. Uma impressão de imagens nos leva a imaginar “que uma quantidade maior de acontecimentos ou diferenças significa o mesmo que um tempo mais longo” (HALBWACHS, 2011) A dinâmica do trabalho ocupou uma boa parte das suas vivências, sendo para ela o lugar de referência para construir a narrativa, ao mencionar o “*ensino médio*” ao invés de 2º grau; “*ano*” para denominar série. Como isso repercute no tempo subjetivo do sujeito.

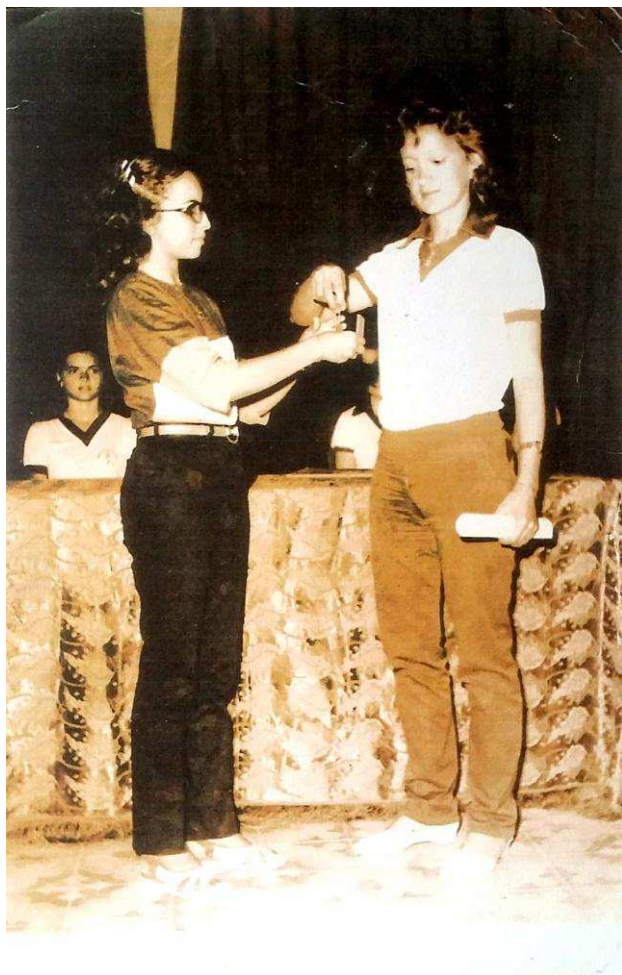
Envovi uma série de movimentos do corpo penetrando fundamente na vida psicológica. Há o período de adestramento, cheio de exigências e receios; depois, uma longa fase de práticas, que se acaba confundindo com o próprio cotidiano do indivíduo adulto. (BOSI, 2011, p. 471).

O evento de premiação é algo que convida a aluna Maria do Disterro ao primeiro encontro com o reconhecimento. A ornamentação do espaço escolar para a entrega dos prêmios da cajazeirense foi motivo de muita celebração, que provavelmente levou a jovem a construir em suas memórias até aquele momento vivenciado uma narrativa biográfica de uma trajetória de transição das vivências na zona rural e as vitórias alcançadas nesse caminho trilhado até chegar ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

CAJAZEIRAS (O NORTE) – Maria do Disterro, Aluna do 2º ano pedagógico do colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Cajazeiras, foi a 2ª colocada no Estado da Paraíba no concurso que a COMOCI

(Coordenação de Moral e Civismo) promoveu sobre o tema “Vida e obra de Cecília Meireles”. A aluna cajazeirense, que foi homenageada por professores e alunos no salão de festas do referido colégio, disse que a finalidade do concurso era incentivar os estudantes a tomarem conhecimento da importância, na literatura nacional, das obras da famosa escritora. Disse ainda que é importante que se façam outras promoções do gênero, afim de despertar o interesse dos estudantes brasileiros para as obras dos grandes escritores nacionais. Maria do Disterro fez questão de afirmar que a sua colocação no concurso se deve ao seu esforço pessoal, ao interesse que tem pela matéria. (JORNAL O NORTE, 1984).

E desse modo consegue realizar conexões entre os momentos particulares como esse da premiação, com as habilidades da profissão. Nas entrevistas é notável perceber como a produção textual vai sendo elencado pela professora como ferramenta de trabalho que foi se constituindo durante o processo formativo, tendo a premiação como uma comprovação da qualidade desse trabalho. No livro *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, Ecléa Bosi afirma como a descrição dos momentos estão interligados a um esforço de significado amplo dirigido ao trabalho, pois, “quanto mais a memória revive o trabalho que se fez com paixão, tanto mais se empenha o memorialista em transmitir ao confidente os segredos do ofício” (BOSI, 2015, p. 480).



Premiação do concurso literário: “Vida e obra de Cecília Meireles”. Foto: Autor desconhecido.

Na imagem acima, é possível notar o investimento simbólico que o evento transmite. Uma estudante de magistério e a imagem “verdadeira” de professora que é construída socialmente pelo cotidiano no qual o profissional está inserido, respaldada pela produção coletiva. A questão desse caso, não é discutir as intensões subjetivas da instituição de ensino em divulgar esse evento na imprensa, mas, perceber nesse mecanismo de “boas notícias” em torno dos processos educacionais do período. Essa relação dos modelos educacionais em conjunto com a propaganda dos periódicos da imprensa, compõe um processo histórico. Dessas características, Alexandra Arce, define como *mito* esse lugar que é imposto à mulher professora, principalmente no uso das suas atribuições no desenvolvimento do ensino para crianças.

Considerando, assim, o mito como uma síntese simbólica de imagens, valores, sentimentos e aspirações coletivas, entendo que ele constitui um fenômeno sócio-histórico real, que desempenha um papel objetivo

na atividade social, ainda quando o conteúdo do mito inverte, falsifique e deforme aspectos da realidade humana. A veracidade do mito reside no fato de que ele desempenha o papel de dirigir as ações dos homens e não no seu conteúdo propriamente dito. (ARCE, 2001, p. 169).

Não significa desmerecer o empenho da jovem no processo de elaboração de um texto que enfatizava questões ligadas à obra da autora Cecília Meireles, mas o que se torna possível de perceber é a relação formativa do magistério com a natureza desse evento, o prestígio. Desse modo, nos voltamos a uma das comemorações que provavelmente a jovem participou desde o início da carreira, o Dia dos Professores. Desde as primeiras organizações para comemorar a data, o jornal foi uma ferramenta útil para as dedicatórias institucionais em torno da professora.

Assim, no discurso veiculado pelos jornais mencionados anteriormente a respeito do Dia dos Professores, ora a recompensa simbólica aparecia como signo de uma “nova era” para a categoria, na qual o reconhecimento dos poderes públicos quanto à importância de sua missão se traduziria numa melhor remuneração, ora era apresentada como uma forma de dissimular a deficiência de seus vencimentos e, até certo ponto, como algo antagônico a medidas concretas em prol da melhoria do seu estatuto profissional. (VICENTINI, 2009, p. 171).

Como tudo, o jornal impresso, desde o seu surgimento, torna-se viável na sociedade para divulgar os ideais de uma determinada época. Paula Perin Vicentini ao discutir os embates que envolvem esses discursos festivos, afirma que “convém assinalar a contribuição da grande imprensa para que a data fosse incorporada pelo imaginário coletivo” (2009). A autora investiga os jornais que foram utilizados para propagar esse consentimento de missão, para caracterizar o papel da professora em suas atividades. Não estamos aqui afirmando uma relação direta da publicação do evento de premiação em que a jovem Maria do Disterro participou com o Dia dos Professores, mas compreender que o jornal se tornou uma ferramenta útil na divulgação de uma imagem de professora revestida de simbolismo que é concebida pelo ideal coletivo em diversos momentos da história.

2.2 Normatizações

Dentro do processo que movimentou a inserção das mulheres no magistério, algumas motivações históricas contemplam a industrialização dos centros urbanos do

Brasil, que depositava nas mulheres a efetividade dos projetos de democratização do ensino, dirigindo às novas gerações do país os ideais de moralidade. As estratégias do patriarcado voltavam-se ao olhar de cuidado afetivo de modo maternal, que naturalmente as mulheres possuíam, e que as mulheres assumiram garantindo as suas preocupações com o lar e com os filhos, atrelando a isso a ocupação profissional do magistério. O que é válido de compreender nesse cenário é o desempenho que as mulheres exerceram nos espaços de atuação como professoras, construindo um movimento que persistiu na existência feminina no contexto social hegemonicamente reservado ao masculino. “O magistério primário representou o ponto de partida e o que foi possível no momento histórico vivido” (ALMEIDA, 1998). Existia um sufocamento institucionalmente imposto que é observado até os dias atuais em torno das conquistas femininas, por uma força que busca boicotar os avanços dessa luta das mulheres por mais espaços na sociedade, procurando equidade entre as relações de gênero. Essa afirmação dentro dos moldes capitalistas de sociedade que vinham sendo constituídas no começo do século XX no Brasil, nos ajuda a compreender “o maior motivo de as mulheres terem buscado o magistério estava no fato de realmente precisarem trabalhar” (1998). Tornando-se assim, um dos meios iniciais do processo de ocupação de outros espaços profissionais na sociedade brasileira. Um marco histórico que aponta possibilidades diferenciadas de um período onde ser parteira, governanta, costureira, ocupações ligadas diretamente ao espaço doméstico representavam, o lugar de atuação efetiva. E estamos nesse momento apresentando a realidade de um contexto social que emerge em meio ao processo de urbanização intensificado em 1930. Entrecruzamentos conflitantes entre as representações impostas às mulheres professoras e as conquistas pelo direito de se definir. Formas de representação da realidade construídas ao longo do tempo que adquirem veracidade no senso coletivo da sociedade, que justifica o magistério “como função adequada para mulheres e na aproximação dessa função à maternidade” (LOURO, 2011). Circunstâncias da posição fixada à mulher relacionada ao significado de diferenciação ao homem, produto de um conflito em que “essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de possibilidades alternativas e, algumas vezes, elas são abertamente contestadas” (SCOTT, 1995).

Isso também aconteceu com as representações de mulher e mulher professora em jogo na sociedade brasileira. A questão não seria, pois, perguntar qual ou quais as imagens *mais verdadeiras* ou *mais próximas* da realidade e quais ou quais as que a distorcem, mas sim compreender que todos os discursos foram e são igualmente

representações; representações que não apenas espelharam essas mulheres, mas que efetivamente as produziram. Em outras palavras, as representações de professora tiveram um papel ativo na construção da professora, elas *fabricaram* professoras, elas deram significado e sentido ao que era e ao que é ser professora. Ao se observar tais representações não se está apenas observando indícios de uma posição feminina, mas se está examinando diretamente um processo social através do qual uma dada posição era (e é) produzida. (LOURO, 2011, p. 464).

Para tanto, no intuito de analisar os processos que produzem essas representações nos reportaremos à literatura, discutindo a construção da imagem da professora através das articulações que aproximam essa forma de narrativa da histórica. Diante das novas perspectivas de estudos culturais na História que possibilitam um reencontro científico com os romances literários a historiadora Sandra Jatahy Pesavento apresenta as questões referentes à análise textual em que encontramos uma leitura do mundo a partir do real, “entendendo-as como discursos que respondem às indagações dos homens sobre o mundo, em todas as épocas” (PESAVENTO, 2003). Investigações essas nos revelam a realidade ficcional de Conceição no romance *O Quinze*, obra escrita por Raquel de Queiroz que, apesar de realidades distintas, interage com as convenções preservadas no espaço social que se encontra a jovem Maria do Disterro. Sobre o efeito de uma invenção direcionado à Literatura, Pesavento discute sobre o processo de criação que previamente distancia esse último campo da História, levando em consideração o que identifica esse ficcional na relação de proximidade das narrativas.

Já Carlo Ginzburg remete ficção a *fictio*, ligado a *figulus*, oleiro, que implica uma construção a partir do real. Nessa acepção, para Ginzburg, a *fictio* representaria de forma *positiva e construtiva*, uma saída entre a verdade e a mentira, lugar que seria ocupado, por exemplo, pelo mito, pela Literatura e...pela História! Criação a partir do que já existe, elaboração do possível e plausível, como refere Natalie Davis, ou daquilo que é verossímil, como argumentava Isidoro de Sevilha ou ainda *res fictae*, única forma de acessar a *res factae* do passado, no entendimento de Koselleck, uma vez que o acontecimento é uma construção! (PESAVENTO, 2003, p. 34).

A obra de Raquel de Queiroz perpassa por discursos de pertencimento que estabelecem uma superficial unidade definida pela “historicidade e/ou por condicionantes socioculturais que fazem parte dos diferentes tipos de sociedade onde o indivíduo nasce, desenvolve-se e se torna pessoa” (NETO, 2013, p. 42). Apresentando

concepções simbólicas que expressam “uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino” (SCOTT, 1995, p. 86), demarcando o processo de constituição da região nordeste na década de 1930, um conceito que tem por sua natureza o investimento na masculinidade viril como representação cultural.

Fica patente que no momento de pensar o nordestino como um homem forte e resistente, um homem heróico na sua luta contra a natureza, o discurso regionalista nordestino privilegia a área do sertão e o sertanejo como exemplos deste embate entre homem e natureza e da formação de um tipo regional adaptado a esta vida difícil. (ALBURQUERQUE, 2013, p. 70).

No enredo do romance, destacamos as expectativas e temores da Conceição que reside na capital cearense, Fortaleza, tendo no magistério a sua profissão. No desenvolver da trama, essa personagem visita em suas férias a sua tia que reside no interior do Ceará, um cenário de estiagem com uma paisagem bastante seca. Uma localidade basicamente rural pela sua própria organização geográfica, onde as propriedades se interligam por estradas construindo uma rede de comercialização que aporta nas comunicações em torno da cidade de pequeno porte, que possui os mesmos valores morais e características culturais dos sujeitos do campo. Onde o significado de homem e de mulher é estabelecido numa ótica em que Conceição busca se distanciar na constituição dos seus ideais, no consumo de novas leituras de mundo, uma priviledio possuído pela mesma, que distanciam as possibilidades de construir um relacionamento amoroso com seu primo Vicente, onde ambos se alimentam desse desejo. Esclarecido pela mesma em um dos seus diálogos.

Ora o amor!... Essa história de amor, absoluto o incoerente, é muito difícil de achar... eu pelo menos nunca o vi... o que a gente obedece conforme as conveniências... Aliás, não falo por mim... que eu, nem esse instinto... Tenho a certeza de que nasci para viver só... (QUEIROZ, 2012, p. 26).

A reflexão realizada por Conceição depara-se com um choque de realidades, na qual ela espera vivenciar e o que é possível nas amarras de um contexto cultural permeado pela subserviência da mulher ao homem, nas relações conjugais formalizadas naquele período. Provado pela mesma em um momento de visita que recebeu do primo em Fortaleza, ao questioná-la por transitar pela cidade desacompanhada. Em contrapartida o mesmo é questionado sobre o relacionamento que possui com outra

mulher. Pelas circunstâncias da cultura patriarcal, essa interrogação possivelmente acompanharia uma consolidação matrimonial entre eles. Pensando no papel profissional da Conceição, e me autorizando no aprofundamento do enredo desse romance, tendo a relação de Vicente com os comentários que se constituíram na sua região de origem sido alterado devido ao casamento com a professora, nesse ponto reside uma ação regeneradora moral da sociedade exercido por Conceição, uma visão ideológica atribuída pelo discurso do período, institucionalmente constituído pelas Escolas Normais.

A professora é apresentada como objeto do desejo amoroso; no entanto, ela ainda é pura como uma “operária divina”, contrapondo-se à vida desregrada do homem que com ela sonha. O encontro/desencontro dos dois no trem da manhã representa bem a dupla moral de gênero. Há uma suposição de que a professora leva a vida correta, limpa, “serena” e que ela condena a boemia do homem. No entanto, não dá para esquecer que “toda a culpa lhe cabe”, afinal ela poderia interromper essa vida descuidada. O papel regenerador da mulher continua reafirmado. (LOURO, 2011, p. 470).

Essa regeneração no contexto do romance de Raquel de Queiroz nas primeiras décadas do país remete-se à realidade de sujeitos privilegiados em um espaço de total descaso e abandono do Estado. Na realidade da jovem Maria do Disterro encontraremos elementos que perpassam pela imagem da professora como um ponto de segurança que lhe distancia da “submissão” das atribuições do meio rural, voltado unicamente ao lar, carregando no relato da biografada uma condição passada que lhe trouxe o sentimento de estar “presa”. Um choque de realidade de Conceição, sujeito urbano que percebe o distanciamento que há entre o seu espaço efetivo e as possíveis expectativas do seu primo em torno da constituição matrimonial entre esses. São perceptíveis no romance *O Quinze* as transformações que o acesso à leitura estava proporcionando naquele momento histórico de instrução das mulheres pela inserção ao magistério. No Brasil, início do século XX o ingresso à profissão é obtido por um público feminino pertencente a um extrato social mais elevado, uma realidade encontrada no contexto de *O Quinze*. Conceição é uma imagem representativa do movimento feminista em que “sua principal força motivadora estava na crença de um suposto poder que poderiam conseguir por meio da instrução” que caminhava entrelaçado com o discurso dos periódicos educacionais dispostos pelas instituições de controle dos ideais de matrimônio e maternidade (ALMEIDA, 1998). Naquele momento a centralidade de

animação estava em torno da profissão e garantias dentro desse espaço que foram sendo conquistados no decorrer das lutas que são travadas até os dias atuais.

Além da atuação do poder público e das políticas educacionais que pretendiam reservar as mulheres essa fatia do mercado de trabalho, também houve, de partes destas, um movimento em direção à profissionalização e uma conseqüente ocupação desse espaço, resultante de sua capacidade de reivindicar. Talvez fossem reivindicações brandas, bem no estilo brasileiro de ser, sem grandes embates e confrontos, porém impulsionaram as mulheres ao mundo do trabalho e à inserção no espaço público, o que representou o início de mudanças para a condição feminina no país. (ALMEIDA, 1998, p. 68).

Sendo a história do magistério primário um ponto de compressão do processo histórico do século XX que ocorre no Brasil, de inserção das mulheres no mundo do trabalho assalariado e participação na vida pública, a mesma profissão garantiu a jovem Maria do Disterro esse sentimento motivador que acompanhou a vivência de diversas mulheres. E nessa realização profissional de uma atividade relacionada ao cuidado afetivo com crianças, algo tão próximo das relações estabelecidas no lugar social em que a mesma emerge. Tendo nesse ato uma construção social que é elaborada a partir “dos vínculos de pertencimento a determinados grupos, do sentimento de família, das práticas e tradições cultivadas nas experiências cotidianas” (NETO, 2013) que formulam a disposição com o trabalho desempenhado pela jovem nos primeiros contatos na educação infantil. Em um período que reacende as aspirações institucionais pela essência natural da maternidade presente nas mulheres para preencher a demanda que vinha sendo reivindicada pela expansão do atendimento público da educação infantil no país. Alessandra Arce verifica que entre os anos 70 e 80 esse campo de atuação profissional é impulsionado através do trabalho voluntário.

Nesse ponto o mito da mãe/mulher educadora nata é posto a serviço de interesses políticos e econômicos governamentais. As décadas de 70 e 80 são marcadas por uma grande demanda e por lutas em prol da expansão da educação pública a crianças menores de seis anos. A ausência por parte do MEC, de uma definição sobre o percentual a ser gasto com esse tipo de educação, bem como sobre a responsabilidade, abriu espaço para que a expansão dessa modalidade educacional fosse realizada da forma mais barata possível. Uma das estratégias para diminuir custos veio a ser justamente a utilização do trabalho voluntário de mães [...] (ARCE, p.176).

Ao se aproximar o término do ano de 1983, é possível imaginar a expectativa vivenciada pela jovem Maria do Disterro, pois este período representa a conclusão do ensino médio na Escola Estadual Crispim Coelho, conhecido como Colégio Estadual. Desde sua chegada a essa instituição a estudante preferiu o turno da noite como horário de aulas, tendo o restante do dia dedicado a atividades que lhe garantissem o custeamento. Uma lembrança comovente no relato da professora ao destacar esse momento de desafios enfrentados: “e eu lutei por uma vaga à noite para arranjar alguma coisa, continuar fazendo os meus trabalhos para ganhar meu sabonete, minha pasta dental”, acompanhado de lágrimas. Um momento de emoções que paralisa a entrevistada, uma experiência subjetiva que nos revela um cenário microscópico vivenciado pela mesma em uma realidade brasileira assustadora, outra emoção forte que movimentou diversos sujeitos do país a pensar de modo objetivo a situação das crianças de classe econômica inferior do Brasil. Em dezembro de 1983 ocorreu em Belo Horizonte o Seminário Nacional de Formação de Recursos Humanos na Pré-Escola, na oportunidade a educadora Solange Jobim e Souza aponta para as dificuldades do país em alcançar os requisitos básicos indicados pelas concepções pedagógicas do período no que se refere ao atendimento de crianças na educação pré-escolar. Requisitos de satisfação necessárias na infância como: apoio afetivo e emocional da família, primazia no acompanhamento desse processo; alimentação adequada e a garantia dos cuidados com a saúde; um ambiente físico adequado e higienizado e atividades de estímulo cognitivo.

Infelizmente constatamos que a grande maioria das crianças no Brasil está longe de ter acesso a todas essas necessidades fundamentais para uma existência sadia. Assim sendo, é inevitável que a pré-escola contribua para satisfazer algumas dessas exigências sociais, mas sem aí se esgotar. Isso significa que a pré-escola deve ter como função essencial uma proposta educativa mais ampla, isto é, que ultrapasse o mero assistencialismo. A assistência, embora indispensável pela situação calamitosa em que se encontra a infância brasileira, se excessivamente paternalista gera o comodismo e a dependência, dificultando, ou até mesmo impedindo, uma transformação social mais ampla. (SOUZA, 1984. p. 74).

A jovem Maria do Disterro provavelmente desempenhou essas atividades complementares em um adaptado espaço simples, transformado para as finalidades de ensino pré-escolar. Pois diante da política de diminuição de custos para desenvolver a

alfabetização de inúmeras crianças com a faixa etária entre 0 a 10 anos de idade, em um país devastado por complicações econômicas anunciadas no início da década de 1980. Ao discutir sobre os investimentos políticos para a educação infantil no período, Alessandra Arce respalda a sua definição de “mito da mãe/mulher educadora nata” na expansão do atendimento ao público infantil de forma barata utilizando o trabalho de educadoras voluntárias, pois “a ausência, por parte do MEC, de uma definição sobre o percentual a ser gasto com esse tipo de educação, bem como sobre a situação da responsabilidade”. Esse quadro governamental de organização acabou proporcionando essa abertura para a atuação da jovem Maria do Disterro antes mesmo de conseguir uma vaga no Colégio Nossa Senhora de Lourdes para cursar o magistério. A relação da jovem Maria do Disterro com a profissão docente é um sentimento de competência desenvolvido nesse cenário urbano no processo de distanciamento do espaço rural dos cuidados com o lar, um deslocamento entre a responsabilidade de uma rotineira atividade posta em questão e a exploração de uma nova efetividade social que vai definindo o seu comprometimento com o ensino e as atribuições dessa carreira. Através dos estudos desenvolvidos por Michael Huberman a clássica definição do conceito de carreira na perspectiva de ciclo da vida humana, esse estágio designado pelo sujeito a assumir a responsabilidade de uma atividade profissional no sentido de identidade profissional.

Para os autores de tendência psicanalítica (cf. Erikson, 1950; White, 1952), a escolha de uma identidade profissional constitui uma etapa decisiva no desenvolvimento e um contributo para uma mais forte afirmação do *eu*; evitar ou adiar essa escolha conduziria a uma “dispersão de papéis” e, daí, a uma dispersão do sentimento de identidade pessoal. Em estudos mais recentes (cf. Levinson *et al.*, 1979) surge como um momento-chave, um momento de “transição” entre duas etapas distintas da vida. (HUBERMAN, 1992, p. 40).

Um ponto chave definido nesse relato episódico de “posições sucessivamente ocupadas” (BOURDIEU, 2006), onde a professora se lança a certeza de que naquele momento de conclusão do 2º Grau de Ensino: “De lá, eu sempre com o pensamento de ser professora, e na época dava direito você ser professora mesmo assim, só com o magistério.” O passo seguinte dado pela jovem Maria do Disterro nessa “trajetória” autobiográfica. Uma concepção que antecipa a fase de formação literal do magistério no qual se submeteu a partir do ano seguinte na instituição de ensino católica, que lhe proporcionou uma bolsa de estudos. Condições possíveis pela esperança alimentada na

oferta padre Luiz Gualberto, o diretor institucional do colégio. Aspectos de um contexto histórico marcado entre as reivindicações dos intelectuais do país em torno das alternativas possíveis de serem desenvolvidas para diminuir as disparidades no nível educacional infantil entre classes e as estratégias institucionais do governo em modalidades formativas para ampliar o número de professores pelo país a serem admitidos nesses espaços de ensino pré-escolar. É presumível que nesse período a jovem inicia o processo de delimitação do papel profissional constituído dentro das relações sociais em “uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas” (SCOTT, 1995, p. 88).

Para tanto, em Cajazeiras na década de 1980, além de representar um campo social de transição por espaços educacionais realizados pela jovem Maria do Disterro, esse cenário urbano é tomado por um processo de êxodo rural, que complementa o contingente de analfabetos com até pouco mais de 10 anos de idade. O censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 1991 apresentou um considerável número de crianças com déficit de alfabetismo observado no ano de 1980. Um período onde o olhar intelectual descreveu que a “pré-escola é, sem dúvida, a instituição escolar que fornece a melhor visão da disparidade entre a demanda pedagógica e a oferta escolar nas diferentes classes” (SOUZA, 1994).

Em relação à população urbana e rural, o maior crescimento absoluto do número de analfabetos na área urbana estava fundamentalmente ligado à migração rural-urbana, que contribuiu com um expressivo contingente de população não alfabetizada. Na área rural, houve declínio no contingente de analfabetos. (IBGE, 1995, p.19).

Esse desejo de trabalhar como professora pela jovem Maria do Disterro por tratar-se de uma atividade externa ao espaço do lar, é assumido pela mesma em um encontro com a autonomia da sala de aula. Que em outros momentos que referenciam a História do processo brasileiro de ocupação feminina do magistério no século XX, trouxe certa impressão de isolamento, mas que foi se modificando com as demais fases de transformações das organizações docentes. O contexto da jovem lhe distancia no tempo de regulações mais severas impostas à conduta da profissão que assumia, mas o sentimento exposto pelo relato da professora nos convida a investigar as representações expostas nas fontes iconográficas que eternizam o modelo adotado na formulação discursiva das instituições normalizadoras do início do século.

Essa representação de professora solteirona é, então, muito adequada para fabricar e justificar a completa entrega das mulheres à atividade docente, serve para reforçar o caráter de doação e para *desprofissionalizar* a atividade. A boa professora estaria muito pouco preocupada com seu salário, já que toda a sua energia seria colocada na formação de seus alunos e alunas. Esses constituiriam sua família; a escola seria o seu lar e, como se sabe, as tarefas do lar são feitas gratuitamente, apenas por amor. De certa forma essa mulher deixa de viver sua própria vida e vive através de seus alunos e alunas, ela *esquece de si*. (LOURO, 2011, p. 466).

Já discutimos em outro momento do trabalho que as informações elaboradas por Maria do Disterro, na entrevista, é algo tradicionalmente optado por uma narrativa sequencial, cronológica, linear e de sentido. Desta forma, podemos observar que o relato da professora é composto por esses elementos que romantizam a sua “história de vida” em relação às condições de trabalho que são superadas pelo amor a profissão.

2.3 As organizações sociais de uma identidade subjetiva

Para tanto, a situação de trabalho assumida pela jovem Maria do Disterro desde o início da carreira é uma realidade enfrentada por diversos profissionais da área, uma condição construída historicamente por vários processos de desvalorização profissional por tratar de escolas públicas que atendem jovens pobres.

O baixo estatuto da carreira docente no ensino primário e na escola pública tem suas raízes mais na divisão classista da sociedade do que, propriamente, na sua feminização. É fato notório no sistema urbano, industrial e capitalista que as profissões ligadas à população de baixa renda têm sucumbido rapidamente à perda de seu poder aquisitivo, do prestígio e do poder político. Tal constatação deve levar a repensar os estudos sobre o ensino primário e sobre o magistério de uma forma geral. (ALMEIDA, 1998, p. 73).

A expressão que aponta a condição financeira de diversos sujeitos no contexto social do país, o pobre, é representada de forma acentuada pela jovem Maria do Disterro, na criativa elaboração para um nome próprio que demarcasse a sua atividade realizada juntamente a crianças e jovens do Mobral – Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. Na *Escola Pé no Chão Virgem dos Pobres* podemos presumir que esse nome corresponde ao estímulo para depositar significado àquele projeto. Um momento de provável mobilização do sentimento de mudanças na realidade dos

estudantes que atendia. Na fotografia, algumas crianças erguem uma folha de papel – conteúdo não identificado – apresentando a materialização do seu processo educacional, garantindo dentro das condições possíveis de serem desenvolvidas.



Escola Pé no Chão Virgem dos Pobres, 1984. Foto: João Airton Pinto.

A imagem acima corresponde a um processo instituído nos anos 70 no governo militar, outro artifício que foi proletarizando ainda mais a profissão docente voltada ao processo de alfabetização do ensino público, caracterizando o profissional dentro de uma organização de massa. É provável que a jovem Maria do Disterro, após um longo período distante do espaço de conhecimento escolar na zona rural, acredite em uma atividade que atende crianças e adultos em um programa de erradicação de analfabetos, um novo movimento de lembranças evocadas pela jovem. E nesse processo de formação do magistério, onde diversas oportunidades foram alcançadas pelo seu esforço, esse sujeito exemplar para o sucesso do Mobral, onde seus “braços” acolhem a todos. É necessária uma visão para além desse marco condicional, compreendendo as relações políticas, institucionais e as organizações sociais envolvidas na constituição desse cenário.

O gênero é constituído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia e na organização política, que, pelo menos em nossa sociedade, operam atualmente de maneira amplamente independente do parentesco. (SCOTT, 1995, p. 87).

O Mobral é mais uma oportunidade que surge nas vivências da jovem Maria do Disterro com os espaços educacionais no período de formação do magistério. Pode-se imaginar que a essa altura a jovem já se reconhecia no lugar profissional. As questões contratuais se tornariam reais pouco tempo depois, mas o sentimento de competência pedagógica começa a crescer. Essa confiança apresentada no Mobral, em seguida é igualmente perceptível nas condições físicas e materiais relatadas pela professora no início de carreira na Escola Maria Guimarães Coelho. Segundo Huberman podemos caracterizar esse fato na profissão de ensino a partir do momento em que “as pessoas preocupam-se menos consigo próprias e mais com os objetivos didáticos” (HUBERMAN, 1992).

No Mobral foi uma experiência boa, no Nossa Senhora de Lourdes também, foi lá onde eu tirei todas as dúvidas, que realmente queria ser professora, é tanto que eu não reclamo de salário, eu quisesse ganhar bem muito dinheiro eu não tinha me formado para ser professora, eu tinha procurado outra profissão, talvez um candidato, conseguindo me candidatar para ganhar mais e trabalhar menos, mas não era essa a minha vocação. Isso, não faz com que eu desconheça a desvalorização do professor, reconheço que o professor deveria ser mais remunerado, ter mais valor dentro da sociedade, isso não faz com que eu baixe a cabeça, meu relato é que, eu sou feliz como professora, independentemente do salário que ganho! Eu gosto da minha profissão! Tanto gosto, como passei um “tempão” trabalhando de graça. (MARIA DO DISTERRO).

Uma relação de caridade e de entrega ao espaço de trabalho, advindos do sentimento vocacional. Mas, no discurso da professora, essa questão das condições precárias vem no sentido de ter consciência da situação, mas a emergência de projetar um novo ânimo na tarefa justifica a satisfação desses anos todos de profissão. Outro processo histórico expresso em seu discurso. A jovem Maria do Disterro é parte da classe social de poder aquisitivo inferior, conhece de perto a realidade dos seus estudantes.

Já desde a década de 1950, pelo, menos, aumentara o número de crianças admitidas nas escolas e, em consequência, também crescera a necessidade de professoras e professores. Embora a má remuneração não representasse um estímulo, aumentava o recrutamento de profissionais oriundos, predominantemente, de camadas sociais empobrecidas. As práticas cotidianas vividas por tais profissionais levavam à transformação das entidades docentes em organizações de massa. (LOURO, 2011, p. 476)

A reconstituição dos processos sociais que inserem a jovem Maria do Disterro em um contexto de rearranjos administrativos como possibilidade de alcançar o seu lugar no espaço escolar com garantias de uma remuneração financeira, um mecanismo no qual a professora enfatiza a ausência de “concurso público, você entrava por conhecimento, com alguma pessoa, digamos assim, autoridade política do município”, e que certamente acompanhava as expectativas no ano de conclusão do curso pedagógico. Cuidadosamente, as informações nos são apresentadas e, evitando as distorções, o conteúdo é discutido pelo método criativo utilizado por Natalie Zemon Davis nos momentos de imprecisão das fontes analisadas em *O Retorno de Martin Guerre*. Nessa perspectiva, Carlo Ginzburg comenta sobre esse tipo de investigação que constrói uma narrativa biográfica demarcada por expressões “não se baseia na contraposição entre <<verdadeiro>> e <<inventado>, mas na integração, sempre assinalada pontualmente, de <<realidades>> e <<possibilidades>>” (p. 183). Para tanto esses pressupostos linguísticos nos ajudam a organizar os elementos que constituem as estruturas de diferenças nas relações de gênero, em torno de pequenos detalhes que apresentam as bases de uma estrutura vigente naquele período em que a jovem Maria do Disterro possuía um perfil que atendia os interesses de um cenário de recrutamento institucional.

E quando eu terminei o magistério, que é o pedagógico, fui surpreendida por Irismar, com uma portaria, me efetivando no município. Disse que era, como podia pagar pelo que eu tinha feito nos três anos para ela, me dando a chance de ingressar numa escola do município como professora efetiva. (MARIA DO DISTERRO).

Desta forma, pode-se presumir que as experiências vivenciadas pela jovem estão associadas a outros acontecimentos, contribuindo na captação de uma realidade macro do país. Posições que foram sendo apontadas até o momento por esse encontro de imagens da jovem Maria do Disterro com a sua personagem Edna; na compreensão das ameaças dos sistemas de parentesco que uma formação familiar poderia proporcionar em diferentes contextos sociais, mas de modo particular carrega o medo em torno das relações de gênero vivenciadas na literatura por Conceição; a disponibilidade de atender crianças no processo de alfabetização em condições próximas ao contexto de vivências de Elizabeth Teixeira no refúgio das truculências do governo ditador. O que justifica essa comunicação entre essas diversas realidades que partem do real, é a busca por novos espaços no esforço de se firmar nessas relações de força que organizam institucionalmente o gênero na sociedade.

No interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agência humana, concebida como a tentativa (pelo menos parcialmente racional) para construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade estabelecida dentro de certos limites e dotada de uma linguagem – uma linguagem conceitual que estabeleça fronteiras e contenha, ao mesmo tempo, a possibilidade da negação, da resistência, da reinterpretação e permita o jogo da invenção metafórica e da imaginação. (SCOTT, 1995, p. 86).

No relato da professora, a eventual chegada da jovem Maria do Disterro a cidade de Cajazeiras é o ponto de partida para alcançar a profissão que assume até os dias de hoje. A narrativa biográfica constrói desse modo, não somente a particularidade dessa ação transitória da zona rural e urbana, demarcando o espaço em que iniciou o magistério. As vivências da professora estão ligadas a perspectiva de relações de gênero que diversas outras mulheres perpassaram no mesmo período de sua formação. O magistério surge como oportunidade, e de que modo essas portas estão bem abertas para receber essas mulheres? É nessa pergunta que reside a grande questão que consolida a relação do magistério como profissão adequada para a figura feminina afetuosa, de cuidados maternos, uma concepção inseparável da existência de uma mulher. Segundo Joan Scott, o olhar do historiador em torno da perspectiva de estudo que nos propomos reside no exame das construções desse gênero e sua relação com diversas representações sociais consolidadas em práticas. No caso específico desse trabalho em torno da história organizacional do magistério para as mulheres, com ênfase na investigação dos sujeitos e suas atribuições constituídas no espaço social correspondendo aos interesses desse mesmo, a autora não estranha “que as melhores tentativas neste domínio tenham sido, até o presente, as biografias”. Deixando claro que a narrativa biográfica tem um olhar amplo sobre as relações sociais e os seus arranjos, não se limitando a um único sujeito e seus méritos no tempo histórico em que se encontra a sua existência.

A biografia das personagens de N. Davis torna-se de vez em quando a biografia de outros <<homens e mulheres do mesmo tempo e lugar>>, reconstituída com sagacidade e paciência, recorrendo a fontes notarias, judiciárias, literárias. <<Verdadeiro>> e <<verosímil>>, <<provas>> e <<possibilidades>> entrelaçam-se, continuando embora rigorosamente distintas. (GINZBURG, 1989, p. 183).

Sendo a nossa personagem, com sua experiência nas creches do município, uma relação particular com uma atividade, mas consolidada por relações e concepções

coletivas de sociedade. Trata-se de uma relação compartilhada com condições semelhantes a outras vivências em espaços físicos de ensino público, com dificuldades que se aproximam, pois além de compreendermos a aproximação dessas realidades, na constituição profissional do magistério para as mulheres que se dedicaram a assumir o papel emancipatório de mudanças nos espaços periféricos da sociedade, um lema que vai sendo esculpido pelas instituições governamentais com o intuito de levar conhecimento escolar para um grande contingente de crianças analfabetas. Reside aí a identificação do gênero, o cuidado afetivo. Quantos de nós não tivemos a experiência de adquirir uma relação de parentesco com nossas professoras, lhes denominando *tia*.

Um termo que aplica à professora uma condição afetiva, descaracterizando o seu posicionamento profissional. Diante disso, Paulo Freire levanta uma crítica a essa concepção distorcida do trabalho docente, afirmando a necessidade de rejeitarmos essa ideia, “que a tarefa de ensinar transforme a *professora* em *tia* de seus alunos da mesma forma como uma *tia* qualquer não se converte em *professora* de seus sobrinhos só por ser *tia* deles” (FREIRE, 1997, p. 9).



Foto: João Airton Pinto

O trabalho voluntário nas creches não só representa os primeiros espaços da trajetória episódica do relato de vida da professora, mas o espaço de autenticação do domínio natural da mulher com a educação infantil. Nesse ponto reside o sentimento de infância que foi construído historicamente, consolidando nas relações de gênero as

responsabilidades de cada sujeito nessa divisão binária entre homens e mulheres, criando “imagens idealizadas do ser criança e do ser mulher, que se cristalizaram e ganharam um *status* de “sagradas”, determinando, sem que se coloquem em discussão, os papéis sociais da criança e da mulher” (ARCE, 2001). A inserção da jovem Maria do Disterro está atrelada aos interesses políticos de inauguração de um novo espaço escolar na cidade de Cajazeiras. Incumbida de assumir a educação das crianças menos favorecidas.

3. IDENTIDADE DOCENTE

O papel social de Maria do Disterro como professora, perpassa por uma concepção institucionalizada para ensino básico, em um contexto, onde os programas educacionais do governo federal buscavam ampliar o número professores pelo país. Com isso, algumas mulheres, perceberam no exercício dessa profissão, uma atividade que não estivesse diretamente ligada ao espaço doméstico. Desse modo, a memória da professora, nos revela o olhar de *mediadora cultural* (GINZBURG, 1989), ao demarcar em seu relato, a vocação da docência, reforçando uma ideia que foi construída por instituições sociais, e acompanha a construção profissional da jovem Maria do Disterro. O historiador Carlo Ginzburg, ao discutir sobre o papel que é desempenhado pelos sujeitos “conforme a posição que ocupa na sociedade a atitude perante a cultura do grupo social a que pertence”, atribuiu a esse o *mediador*. Desta maneira, entendemos esse posicionamento, como uma forma primária de depositar significado às relações de poder (SCOTT, 1995), por meio das convenções sociais que consolidam a afirmativa vocacional. Uma condição histórica da mulher no espaço escolar, ligada a um ensino permeado pelos ideais científicos do positivismo no século XIX, que defendiam uma essência feminina de doação materna que deveria ser utilizada na educação das crianças.

3.1 A pequena Maria do Disterro e uma reponsabilidade adulta.

De início eu quero falar de Serra Grande (Paraíba). Fiz até a 4ª série, na época não era 5º ano, em escola pública, com professores que ensinavam a partir da 1ª série até a 4ª, todos juntos. Mas tive uma grande experiência de ler e escrever. Ante disso, eu também estudei em escolas do sítio, a 4ª série foi na cidade, mesmo assim, pequena, tinha se transformado em tal, na época já havia prefeito. Eu estudei no sítio, em baixo de algumas árvores, onde fui alfabetizada por uma tia, irmã da minha mãe. Estudei na época a carta de ABC, onde aprendia a ler, soletrando as letras e depois formar as sílabas. Daí, quando eu terminei lá no sítio, até a 3ª série primaria, foi que eu vim passar a estudar a 4ª série na rua, chamava-se assim, a cidade, se dizia: Vai estudar na rua! Lá no sítio não tinha a 4º série, então uma professora polivalente ensinava da 1ª a 4ª série, todos juntos. Então, foi ai onde eu me desenvolvi a escrever, na época mesmo, eu participei de um concurso de redação, na 4ª série, fiquei em primeiro lugar. Conforme fosse o nível de ensino, também era o de correção. (MARIA DO DISTERRO).

O relato de vida da professora demonstra que a pequena Maria do Disterro obteve nos anos iniciais de sua formação um exemplar processo de letramento, que exigiu o seu primeiro deslocamento de espaço, para concluir a primeira fase de vivência escolar. Uma história que perpassa pelo desejo de continuidade em adquirir novos passos dentro do campo educacional, tendo uma grande interrupção com o falecimento de sua mãe, pouco após concluir a 4ª série (atual, 5ºano do ensino fundamental), restando um mês para completar nove anos de idade. Após esse episódio, recaiu sob os ombros dessa criança a responsabilidade materna, pois, sua mãe deixara outros filhos. Surge uma rotina de atividades domésticas, “aprendendo a costurar, trabalhando na roça para vender o algodão e comprar alguma mistura, criando galinha, porco, ovelha” (MARIA DO DISTERRO) assumindo a representação de mãe, aos três irmãos mais novos, garantindo as mesmas condições de escolarização que obteve, sendo até seus vinte e dois anos de idade, o nível de ensino alcançado. Eis que temos uma sertaneja, um cenário de adversidades nesse nordeste literário – claro, tendo consciência da sua existência real – para constituir o enredo da história produtora de mulheres preparadas para o lar e o matrimônio, o máximo que muitas outras Marias alcançaram. O curta-metragem em 3D, *Vida Maria*, do animador gráfico Márcio Ramos, lançado no ano de 2006, apresenta a história da personagem Maria José, uma criança do sertão nordestino que é obrigada a abandonar os estudos por interferência da sua mãe para se dedicar aos afazeres domésticos. Com isso, a menina cresce, casa e se torna mãe. O ponto chave da trama é o ciclo contínuo de Marias que são impedidas de estudar para se dedicar as atividades prioritárias de uma futura mulher. Um contexto em que a nossa personagem se encontra inserida. Essa compreensão, do papel da mulher, é uma herança patriarcal, adquirida nas relações de domínio do masculino sobre o feminino (SCOTT, 1995). Um controle foi construída historicamente no intuito de assegurar a funcionalidade exclusiva da mulher no espaço doméstico do lar. Desta maneira, o pai e seus tios asseguraram uma condição de impedimentos.

Diante das discussões levantadas por Guacira Lopes Louro, na questão da história das mulheres na sala de aula, destaca-se o marco histórico de mobilização institucional, na introdução de símbolos e determinações normativas das Escolas Normais, na *produção* de professoras, no intuito de ministrar os conteúdos que vinham sendo desenvolvidos naquele período, “para ensinar-lhes sua missão, desdenhar-lhes um perfil próprio, confiar-lhes uma tarefa” (LOURO, 2011). Assim, ao longo do século XIX, o discurso científico desenvolverá conceitos e teorias que evidenciam um olhar de

cuidados afetivos direcionados à infância, restringindo à mulher o papel de assumir essa responsabilidade, ao construir um espaço de controle sobre esse sujeito, que estaria habilitado tanto ao magistério quanto para o casamento e a maternidade.

Esse espaço, ocupado pela pequena Maria do Disterro, pode ser caracterizado, como um espaço pedagógico de educação não formal, no sentido de possuir atribuições domésticas de um currículo escolar, vigente no início do século. Que possuíam um conteúdo de formação, ordenado pelo poder masculino, de imprimir essa responsabilidade do lar.

Mesmo assim, ele em Brasília, vigiava a gente através dos meus tios, irmãos dele. Estava tudo bem, mas, eu tinha muita vontade de me libertar de Serra Grande, o meu intuito era de estudar, lá não havia o ensino fundamental básico dois, as pessoas se deslocavam para Itaporanga, Cajazeiras, e eu não tinha como! Era presa! A dona de casa, a obrigação, morando no sítio. Meu pai chegou a voltar para Serra Grande, “arrumar” namorada para casar, e eu ficava querendo sempre me livrar desta situação, por que era dona da casa, e iria entrar outra, não sabia como lidar com isso. (MARIA DO DISTERRO)

A organização de um ensino pensado às mulheres, com instruções para uma boa esposa e uma boa mãe, envolve o discurso de existência natural do sentimento materno nas mulheres. Uma predisposição que se integra na atuação desses sujeitos no espaço escolar, viabilizando o cuidado com as crianças. E é justamente nessa relação de mulher constituída por uma experiência de dedicação materna e o prolongamento desse olhar afetivo com as crianças nos espaços reservados a educação infantil em Cajazeiras, o nascedouro das missões que vão confiar-lhe no decorrer das experiências profissionais que a jovem vai assumindo. É relevante acreditar na importância desse período da sua infância, como elemento contribuinte para as demais etapas de causalidades, outro ponto chave que compõe a estrutura narrativa do discurso da professora, apresentando as possibilidades que surgem nos momentos de incertezas. No caso específico, a precariedade do atendimento odontológico que Maria do Disterro se submeteu, é o episódio de sua chegada à cidade.

Foi então, que um dia. (...) Eu sempre tive problemas dentários, e tinha que extrair um dente e criou o efeito de uma grande hemorragia, o dente se quebrava e retirava, então, o dentista me trouxe para São Jose de Piranhas, nessa cidade não tinha a dentista que ele queria ver, a hemorragia foi aumentando, e me tirou da casa dele. Aqui em Cajazeiras mora um tio meu que tinha vindo para estudar, na época já estava na faculdade, na UFCG. Então ele disse: Você não vai mais

para Serra Grande, só vai agora, quando extrair todos os dentes.
(MARIA DO DISTERRO)

Ao investigar a atuação profissional na educação infantil, Alessandra Arce, constatou que esse papel educativo de caráter doméstico sintetiza um fenômeno sócio histórico, constituindo a seu ver, “o mito da mulher como educadora nata na imagem do profissional dessa área”. A autora discute a elaboração dos planos educacionais do Estado brasileiro no decorrer das décadas de 70 e 80, em vista da educação pré-escolar. Tendo como critério principal para atuar nesses espaços de recreação, “a boa vontade” (ARCE, 1998). O contato inicial das mulheres com o espaço escolar, direcionado pelo interesse institucionalizado, do domínio masculino sobre os corpos, é compreendido por Jane Soares de Almeida, como herança portuguesa, presente no século XIX e na primeira metade do XX, permitindo esse acesso a partir do ideal feminino “de manter a mulher no espaço doméstico e no cuidado com as crianças”. Essa incorporação das mulheres na aplicação do ensino, no decorrer do século XX, é uma junção do público e do privado, na construção de um papel educacional de caráter materno, vinculada ao cenário de construção de escolas públicas.

A reprodução da espécie e a responsabilidade pelo cuidado com as gerações futuras concentravam-se nas mãos femininas e isso era uma esfera de poder. [...] A aceitação dos atributos de vocação e missão sagrada tinha sua justificativa e essa imagética revestia-se de concretude na vida dessas mulheres, pois a incorporação de atributos maternais à profissão servia, assim, ao poder oficial, à profissão em si e às próprias mulheres, que se viam duplamente beneficiadas, podendo ser mães e ser professoras, com aceitação e autorização social e sob as bênçãos da religião católica. (ALMEIDA, 1998. p. 69).

Em um discurso vocacional, de disposição à educação infantil, podemos perceber que essas experiências possibilitaram o acesso da jovem Maria do Disterro, no contexto social de Cajazeiras. Além de ser a descoberta de um dom, a docência, representa uma oportunidade de emprego à jovem. Na historiografia, essa funcionalidade social, adquirida com a atuação na sala de aula, é o marco de uma luta, onde, o “magistério primário representou o ponto de partida e o que foi possível no momento histórico vivido” por muitas mulheres ao longo da história. E as transformações que ocorreram em torno dessa mentalidade – inicialmente lhes foram imposta - é algo de total protagonismo feminino, lutando para o reconhecimento

profissional, no campo da educação. Segundo Jane Soares de Almeida é relevante acreditar que o magistério, configurou-se no decorrer do processo de feminização, um acesso estratégico de modificação social, permitindo as mesmas, cogitar a ocupação de outros espaços sociais. A identidade profissional da jovem Maria do Disterro, foi se constituindo por esse olhar de conquista pessoal. E como esse sentimento perpassa o campo privado e compõe o cotidiano da professora desde o início da carreira? O relato apresenta, situações vivenciadas pela jovem Maria do Disterro, na Escola Maria Guimarães Coelho.

Então, comecei a trabalhar a partir do momento que não era uma escola, ainda com dois cômodos onde serviam merenda para meninos de “rua”. O prefeito tinha um projeto na época, e fazia a comida nas casas, na estrada do Jatobá, onde algumas senhoras faziam panelões de sopa, mas era despachado nesses dois cômodos que eram justamente para ser uma creche, onde tinha um trabalho da Irmã Nivanda, de evangelização. Ela era irmã de Dr. Epitácio, na época, prefeito da cidade. Ela já é falecida. Não sei se irmã de sangue, ou de coração, sei que tinha uma ligação. (MARIA DO DISTERRO).

Desta forma, a jovem recém-formada foi arregimentada em um espaço escolar bastante familiar com as experiências que obteve nas creches, acolhendo crianças em condições de pobreza vivenciadas nos bairros periféricos da cidade. Nesse período, eclodiam no país, os debates que questionavam a qualidade dessas instituições de ensino, inseridas em um contexto de valorização do capital humano, por meio da concepção produtivista da educação. Dentro dessa perspectiva, a jovem Maria do Disterro desempenha a experiência inicial da carreira, assumindo um papel específico nas estratégias de diferenciação de classes, configuradas na sociedade capitalista.

A sociedade das décadas finais do século XX, ao se remodelar em bases cognitivas, tentaria eliminar de vez a antiga dicotomia entre homens e mulheres: os atributos de forte e franco, domínio e submissão, mando e obediência, racional e emocional. Porém ainda persistente os determinismos de classe erigidos na sociedade capitalista, reforçados pela onda globalizadora. (ALMEIDA, 2014, p. 89).

Essa descaracterização da escola pública de ensino básico, constituída em um processo de mudanças e continuidades, permite que a jovem professora, se torne alvo da requisição política do município para a docência, através de um discurso que naturaliza o cuidado maternal da mulher para o ensino de crianças desfavorecidas

economicamente, justificando a institucionalização desse lugar, quase exclusivo, no processo de continuidade, da feminização do magistério. Essa situação provoca uma série de críticas, das associações de professores em todo o país, tendo como pauta principal, a urgência de uma escola pública que atendesse a toda população brasileira, com a finalidade de reversão dos quadros sociais de desigualdade, produzidas pelo engajamento do governo militar com suas reformas educacionais.

Assim, a situação educacional configurada a partir das reformas instituídas pela ditadura militar logo se tornou alvo da crítica dos educadores, que crescentemente se organizavam em associações de diferentes tipos, processo esse que se iniciou em meados da década de 1970 e se intensificou ao longo dos anos de 1980. (SAVIANI, 2014, p. 43).

Os estudos sobre a mulher no espaço escolar começaram a ser desenvolvidos pelo campo de pesquisas da História da Educação, após a formulação e institucionalização do programa de pós-graduação nas universidades públicas do país nas décadas de 1970. Mesmo período de desenvolvimento do conceito de gênero que apresenta perspectivas de investigação das relações entre o homem e a mulher, na diferenciação imposta pelo discurso social hegemônico. À vista disso, podemos compreender o encontro entre as perspectivas de análise que revelam a construção do poder pelas atribuições simbólicas, formulado na posição do masculino sobre o feminino. A historiadora Joan Scott enfatiza que a “preocupação teórica como o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX” (1995). Dentro das abordagens do campo social desenvolvidas entre os séculos XVIII e o início do século XX não apresentavam interesses pelo conceito.

O termo “gênero” faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição para sublinhar a incapacidade das teorias existentes em explicar as persistentes desigualdades entre mulheres e os homens. (SCOTT, 1995, p. 85).

O engajamento da educadora Jane Soares de Almeida nas questões para analisar os processos de feminização que ocorrem durante o século XX demonstra a compreensão da autora em vista dessa concentração de poder depositada de forma primordial nas relações de gênero, que constituem o papel das mulheres no magistério

intitulado de modo interrogativo no texto *Mulheres na Educação: missão, vocação e destino?*

As mudanças sociais, as necessidades de educação, as exigências do mercado de trabalho, as transformações políticas e econômicas, os meios de comunicação também foram imprescindíveis para a emergência de um novo olhar para o sexo feminino, mas foi o feminismo como ação política que veiculou uma nova ideologia na qual se considerava que o mundo era formado pelos dois sexos, existindo entre eles relações de poder que produzem desigualdade. O poder visa, sobretudo, à normatização e ao regramento de hábitos e costumes, higienização e moralidade de comportamentos, induzindo ao pleno acatamento dos preceitos legais, sociais e religiosos, levando inevitavelmente ao ideal positivista da ordem e do progresso. (ALMEIDA, 1998, p. 92).

Logo, as experiências da jovem Maria do Disterro pelo apreço à identidade subjetiva desse perfil doador do magistério em consonância com as possibilidades profissionais que esperam essa feição. Esses fatores justificam a formulação do discurso institucional que reutiliza a postura regeneradora da sociedade reservando ao docente a responsabilidade com os cuidados necessários para transformar a realidade dos indivíduos que ocupam o quadro das estatísticas de analfabetismo. Com isso, as prerrogativas educacionais apontadas pelos gestores municipais na constituição dos espaços escolares de ensino fundamental que atendem um público economicamente desfavorecido possui na sua estrutura dos primeiros quatro anos desse ensino o legado investido no início do século XX para a efetivação do ensino primário. Demerval Saviani apresenta esse fator de práticas políticas dentro do processo de mudanças e continuidades que perpassam a história das escolas públicas do país. A jovem Maria do Disterro inicia sua carreira assumindo essa posição simbólica que as relações de poder estabelecem.

Num país que, apesar das intenções apregoadas pelos vários governos, ainda mantém a população sob altos índices de analfabetismo, a educação escolar, da forma como se estrutura, continuou alijando crianças e jovens da escolaridade, mesmo com a obrigatoriedade instituída pela Lei n. 5.692/71. No magistério acentuou-se o processo de desvalorização profissional com o ingresso nas escolas da população de baixa renda. Nos cursos de formação de professores ingressam principalmente moças desejadas de uma alternativa a profissão ainda menos valorizadas, o que se concretiza com a abertura de cursos noturnos para as que já estão no mercado de trabalho. (ALMEIDA, 1998, p. 87).

Compreender as primeiras experiências profissionais da jovem abrange o significado do ensino escolar na comunidade São Francisco. O relato acima demonstra um cenário de esquecimento por parte do Estado, também visível nos dias atuais. A ação motivadora de iniciar as matrículas em uma instituição onde suas instalações físicas ainda não haviam sido concluídas apresenta no ato em si o grande avanço quantitativo proporcionado pelo processo educacional desenvolvido no Brasil no decorrer do século XX, um cenário de aumento de matriculados comparado ao número crescente da população. No entanto, o histórico de analfabetismo do país se intensificou nos índices apontados pelo processo de consultas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no ano de 1991.

Entretanto, em razão do imenso déficit histórico que se veio acumulando, mesmo em termos quantitativos as deficiências ainda são enormes, o que pode ser evidenciado ao observar que em 1890, quando tinha início, para nós, o “longo século XX”, a taxa de analfabetismo estava em torno de 85% em relação à população total (12.213.356 para uma população de 14.333.915). Passados cem anos, constata-se uma redução relativa, já que aquela taxa caiu cerca de 30% (oficialmente se registram 21,6% em relação à população de idade igual ou superior a 7 anos, o que projeta uma taxa de 33,68% para a população total, tomando-se os dados do Censo de 1991). No entanto, se considerarmos a população total (146.825.475, conforme o mesmo Censo de 1991), veremos que 33,68% correspondem a 49.458.776. Portanto, o número absoluto de analfabetos quadruplicou. (SAVIANI, 2014, p. 49).

Não é somente o analfabetismo que se acumula no cenário de constituição de uma escola de responsabilidade do poder municipal de Cajazeiras, elementos que se encontram em contextos do mesmo período ou de outras datas correspondentes ao processo histórico da instrução pública de ensino no decorrer do século XX. Com isso, tomando as devidas precauções em torno dos anacronismos, a jovem Maria do Disterro se submete ao primário espaço da relação de poder que recai sobre o magistério com a concepção maternal do papel profissional pelas mulheres nessa carreira, demandas do projeto de um determinado tempo histórico que se reformula em outros termos, tendo no seu seio os traços da legitimação dessa imagem. Não se trata de uma narrativa conspiradora que absorve a jovem sem perceber os desenganos. É possível imaginar na Escola Maria Guimarães Coelho, local onde começa a ser desenhada na primeira experiência da jovem essa identidade subjetiva de dedicação profissional exacerbada que debruça “sobre as frágeis crianças a serem orientadas e transformadas”

(ALMEIDA, 2014) pelo ensinamento adquirido na sua formação do magistério, e demais experiências em consonância com o vínculo institucional no Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

3.2 O sentido histórico dessa identidade profissional

Temos como foco de análise o campo da educação e os processos de constituição do magistério em relações sociais que destacam a mulher nesse espaço, um sujeito histórico que emerge na luta pela sua afirmação no contexto social no século XX. No entanto, as investidas contrárias a esse movimento político elaboram estratégias de ressignificação dessa expectativa feminina por vias de interesses das instituições de poder. No Brasil o início do respectivo século nasce com o intuito de proporcionar a instrução pública de ensino pelo ideal iluminista republicano inspirado pelas experiências advindas de países europeus e dos Estados Unidos compreendidos como exemplos de civilização. A instrução escolar é uma das grandes questões em debate, apontando o envolvimento de dois sujeitos no processo de desenvolvimento da educação do país que se deseja alcançar, a mulher e a criança.

No fundo, era uma escola mais eficiente para o objetivo de seleção e formação das elites. A questão da educação das massas populares ainda não se colocava. Essa questão emergirá na reforma paulista de 1920, conduzida por Sampaio Dória, única dentre as varias reformas da década de 1920 que procurou enfrentar esse problema proposto nos seguintes termos: “encontrar uma fórmula para resolver o problema do analfabetismo” numa situação em que mais da metade da população do analfabetismo” numa situação em que mais tarde da metade da população paulista entre 7 e 12 anos de idade estava fora da escola e o orçamento do Estado não permitia a elevação substantiva dos gastos com educação. (SAVIANI, 2014, p. 30).

No decorrer da história da escolarização, precisamente nas discussões levantadas em torno das políticas educacionais que garantam o acesso a escolas públicas, o indivíduo infantil de condições financeiras desfavoráveis é questionado constantemente pelos órgãos governamentais sobre sua capacidade de organização na sociedade e quais os investimentos deveriam ser aplicados para inseri-lo. Para tanto, a família desses indivíduos é responsabilizada pelo desequilíbrio do sujeito na ausência das condições que se adequam à sociedade. Argumentos que legitimam o baixo

investimento das instituições governamentais na educação de crianças de classe menos favorecida, que em contrapartida reforçam os investimentos em torno de práticas que consideram mais “eficientes” e de custo considerável.

As representações negativas sobre as famílias cujos filhos formulavam a clientela da assistência social nasceram junto com a construção da assistência à infância no Brasil. A idéia de proteção à infância era antes de tudo proteção contra a família. Foi, sobretudo, a partir da constituição de um aparato oficial de proteção a assistência à infância no Brasil, na década de 1920, que as famílias das classes populares se tornaram alvo de estudos e formulação de teorias a respeito da incapacidade de seus membros em educar a disciplinar os filhos. (RIZZINI, 2004, p. 39)

Desse modo, essa aplicação “corretiva” é aplicada como modelo no período do regime militar com o processo de internação de crianças e adolescentes considerados em abandono familiar, paralelamente no contexto social do Brasil em que jovem Maria do Disterro assumia os espaços elaborados por esse mesmo governo no atendimento educacional de um mesmo público. Em suma, é possível perceber uma política de ajustes autoritários apontando a culpa das condições do lugar social que ele pertence, retirando a responsabilidade do Estado e as relações institucionais do sistema econômico de exploração e acúmulo de capital na formação dessa classe desfavorecida.

Assim sendo, as atividades da pré-escola se apresentam para as famílias como muito distantes, em aparência, da função da aprendizagem no sentido tradicional do termo. Nesse sentido, aprender significa assimilar conhecimentos específicos de uma maneira rígida e controlada. Com efeito, na concepção dos pais se essa caracterização não fizer parte do ambiente da pré-escola, então as crianças não devem estar trabalhando nem aprendendo, mas sim brincando, se divertindo, enfim, apenas ocupando o seu tempo. (SOUZA, 1984, p 75).

A jovem Maria do Disterro assumiu as atribuições que lhe foram reservadas, sendo gestora da escola por mais de uma década. As experiências vivenciadas nessa instituição pública de ensino proporcionaram uma periodização que aponta no relato sequencial da professora a fase de expansão dos espaços educacionais dessa natureza, em um processo de descontinuidades e a constituição de novos vínculos. Uma postura profissional que reconhece as dificuldades e realiza através delas um sentido para sua atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos “legados do século XX” enfatizados por Demerval Saviani, destaca-se nos programas de pós-graduação a possibilidade de questionamento em torno das políticas educacionais que foram adotadas no período de ditadura militar. Na conjuntura política atual o espaço de produção acadêmica possibilita a análise pertinente de uma estrutura educacional que foi pensada por meio de relações de gênero na sua própria composição. Nos dias atuais o impedimento em discutir o conceito de gênero nas escolas lhe definindo como “ideologia de gênero”, carrega consigo a defesa da manutenção de uma estrutura de subordinação da mulher, reproduzida no espaço escolar do Brasil desde o seu nascedouro.

O foco dessa pesquisa se volta aos fatores que constituem o encontro da jovem com as possibilidades de formação para o magistério, enxergada como uma profissão que lhe garantiu o distanciamento das responsabilidades domésticas do período maternal vivenciado pela mesma na zona rural antes de chegar a Cajazeiras, se inserindo a um espaço construído historicamente para alocar a mulher que possuiu a *missão* do cuidado materno aos indivíduos desprovidos dessa atenção. Uma imagem que é reproduzida pelo imaginário social de onde a professora permanece ligada, evocando essa identidade através das suas lembranças.

Na ausência de sua mãe aos irmãos, a jovem Maria do Disterro gestou no seio familiar uma concepção social do papel feminino. No processo de elaboração das memórias a professora disponibiliza no seu relato uma sequência de fatos que apresenta essa responsabilidade materna com esses indivíduos como ponto de partida de uma “história de vida” dedicada ao cuidado com crianças. Para tanto, as questões que norteiam a investigação dos “percursos” da docente nos sugerem uma formação familiar marcada por elementos simbólicos que são constituídos nas relações sociais de gênero que constrói a imagem feminina aceita pela sociedade. As creches; as experiências de ensino no Mobral e o começo da carreira na Escola Maria Guimarães Coelho, nos são apresentados pela professora de modo linear e cronológico, uma demarcação cultural utilizada em diversas narrativas autobiográficas. Para tanto, através das proposições de Joan Scott obtivemos a possibilidade de encontrar nesses espaços os elementos de normatização; as concepções políticas e suas instituições que legitimam um modo homogêneo de organização social. Com isso, percebendo a subjetividade da jovem Maria do Disterro a uma identidade profissional firmada por meio de um significado

que as relações de poder constituíram. Em suma, o trabalho buscou-se esquivar de uma proposta biográfica que tentasse narrar a “história de vida” da professora Maria do Disterro, tendo como resultado uma análise dos micros espaços em que se desenvolveram os processos formativos que antecedem o início da carreira da mesma, um ângulo local de Cajazeiras que nos ajuda a compreender aspectos históricos da educação brasileira na década de 1980, diante dos processos de formação de nível secundário para o magistério que buscou ampliar o número de professores no país; a elaboração dos programas educacionais para o ensino de crianças de nível pré-escolar e dos anos iniciais do 1º grau (ensino fundamental); e a constituição das escolas públicas e a desvalorização política desses espaços. Elementos que compõem a História da Educação do Brasil em um processo de continuidades e permanências onde se evidencia as influências na formulação de uma identidade profissional que a jovem Maria do Disterro assumiu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR, D. M. **Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALMEIDA, J. S. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ARCE, A. **Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil**. Cadernos de pesquisa, 2001, p. 167-184.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORGES, V. P. **Grandeza e misérias da biografia**. In: PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, 203-234.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 14. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, P. **A Ilusão Biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 182-191.

CABRA marcado para morrer. Direção: Eduardo Coutinho. Direção de fotografia: Edgar Moura (1981) e Fernando Duarte (1964). Assistência de fotografia e segunda câmara: Nonato Estrela. Som direto: Jorge Saldanha. Montagem: Eduardo Escorel. Música: Rogério Rossini. Produção executiva: Zelito Vianna. Produção associada: Joaquim Pedro de Andrade e Vladimir Carvalho. Produção: Mapa Filmes e Eduardo Coutinho. 1964-1984. 119 min., son., color., película, 35 mm (1 VCD).

DAVIS, N. Z. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DE FREITAS, S. M. **História oral: possibilidades e procedimentos**. Editora Humanitas, 2006.

FREIRE, P. **Professor sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'água, 1997.

GINZBURG, C. **A micro-história e outros ensaios** / Carlo Ginzburg; tradução António Narino. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição** / Carlo Ginzburg; tradução Maria Betânia Amoroso. – 3.ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva** / Maurice Halbwachs; tradução Beatriz Sidou. - São Paulo: Centauro, 2011.

HUBERMAN, M. **O ciclo de vida profissional dos professores**. Vidas de professores, 1992, 2: 31-61.

KENSKI, V. M. **Memória e ensino**. Cadernos de pesquisa, 2013, 90: 45-51.

LEVI, G. **Usos da biografia**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006, 167-182.

LISPECTOR, C. **Perto do coração selvagem**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1980.p. 50.

LOURO, G. L. **Mulheres na sala de aula**. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2011, 443-481.

MONTENEGRO, A. T. **Oralidade, Memória e História: questões metodológicas**. Encontro Internacional de Historia Oral “Oralidad y Archivos de la Memoria, 2005.

MULLER, A. L.; NEGRÃO, E. V. **O uso do artigo definido antes do nome próprio em português: uma análise semântica**. Estudos Linguísticos Anais de Seminários do Gel. São Paulo, 1989, 530-540.

NETO, M. M. **De cabra da peste a bode rei: identidades do semiárido**. In: Nordeste e nordestinidades: histórias, representações e religiosidades. / Viviane Gomes Ceballos, Isamar Gonçalves Lôbo, Rodrigo Ceballos e Francisco Firmino Sales Neto. (organizadores). Cajazeiras: Gráfica Real, 2013.

O legado educacional do século XX no Brasil / Demerval Saviani, Jane Soares de Almeida Rosa Fátima de Souza, Vera Teresa Valdemarin. (organizadores). 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

PESAVENTO, S. J. **O mundo como texto: leituras da História e da Literatura.** History of Education Journal, 2003, 7.14: 31-45.

PORTELLI, A. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral.** Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, 1997, 15.

PRIORE, M. D. **Biografia: quando o indivíduo encontra a história.** Topoi. Rio de Janeiro), 2009, 10.19: 7-16.

PROUST, M. **No caminho de Swann** / Marcel Proust; tradução Mário Quintana. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006.

QUEIROZ, R. **O Quinze.** Rio de Janeiro: Olympio, 2012.

REVEL, J. **Micro-análise e construção do social.** Jogos de escalas: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIZZINI, I. A **institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** São Paulo: Loyola, 2004.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** 2012. Revista Educação e Realidade.1995, 16.

SOUZA, S. J. **Pré-escola: em busca de suas funções.** Cadernos de Pesquisa, 1984, 48: 74-76.

Situação demográfica, social e econômica: primeiras considerações: Estado da Paraíba / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de População. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

SCHMIDT, B. B. **Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos.** Revista Estudos Históricos, 1997, 10.19: 3-22.

_____, B. B. **Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura.** Narrar o passado, repensar a história. Campinas, SP: Unicamp, 2014, 191-202.

_____, B. B. **Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema.** O biográfico: perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

_____, B. B. **Biografia e regimes de historicidade.** Métis: história & cultura, 2003, p. 57-72.

VICENTINI, Paula Perin. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa** / Paula Perin Vicentini e Rosário Genta Lugli. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ANEXOS A: Transcrição de entrevistas e os termos de anuência, assinados por Maria do Disterro Salvino da Silva.

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTAS

ENTREVISTADOR - Tarde de terça feira, 25 de Julho de 2017, Escola Municipal Galdino Pires Ferreira, Cajazeiras, cidade do Estado da Paraíba. Eu, Pedro Felipe Ribeiro Silva, graduando do curso de História, da Universidade Federal de Campina Grande, no Centro de Formação de Professores, na ocasião, solicito autorização da professora Maria do Disterro para registrarmos por meio desse gravador, o relato sobre a sua vida.

MARIA DO DISTERRO - De início eu quero falar de Serra Grande (Paraíba). Fiz até a 4ª série, na época não era 5º ano, em escola pública, com professores que ensinavam a partir da 1ª série até a 4ª, todos juntos. Mas tive uma grande experiência de ler e escrever. Ante disso, eu também estudei em escolas do sítio, a 4ª série foi na cidade, mesmo assim, pequena, tinha se transformado em tal, na época já havia prefeito. Eu estudei no sítio, em baixo de algumas árvores, onde fui alfabetizada por uma tia, irmã da minha mãe. Estudei na época a carta de ABC, onde aprendia a ler, soletrando as letras e depois formar as sílabas. Daí, quando eu terminei lá no sítio, até a 3ª série primaria, foi que eu vim passar a estudar a 4ª série na rua, chamava-se assim, a cidade, se dizia: Vai estudar na rua! Lá no sítio não tinha a 4ª série, então uma professora polivalente ensinava da 1ª a 4ª série, todos juntos. Então, foi ai onde eu me desenvolvi a escrever, na época mesmo, eu participei de um concurso de redação, na 4ª série, fiquei em primeiro lugar. Conforme fosse o nível de ensino, também era o de correção. Tinha outras turmas de 4ª série, dos sítios vizinhos, distantes do meu, que também concorreram. Terminei a 4ª série, perto de completar nove anos de idade. Perdi minha mãe em dezembro, eu ainda não havia completado nove anos, meu aniversário é em janeiro, e minha mãe faleceu antes de dezembro. Novembro estava de férias, tinha passado por média, quando ela faleceu, e parei de estudar, vim retornar os estudos com vinte e dois anos, na época fiquei com meus irmãos pequenos, o mais novo com um mês

de nascido, que na missa de trinta dias, faleceu. Na missa de um ano, o que já havia completado quatro anos em abril, também faleceu repentinamente. Mas, ficou eu e mais três irmãos. Fui criar meus irmãos, colocar na escola, trabalhando na roça. Meu pai foi para São Paulo, e de lá ele mandava dinheiro para eu pagar os trabalhadores da roça, era a renda que tínhamos para alimento. Fui criar os irmãos aprendendo a costurar, trabalhando na roça para vender o algodão e comprar alguma mistura, criando galinha, porco, ovelha. Na época meus tios para sanar a falta da carne, matavam os animais. Criávamos lá, onde chamava de manga, vizinho a nossa casa no sítio. Meus irmãos foram crescendo, também terminando a 4ª série em Serra Grande, um foi para São Paulo, e por lá casou. A irmã que ficou comigo, depois que fiz o casamento dela, vim arranjar um namorado. Não costumava namorar, lá se casavam muito novos, meu pai não queria que eu namorasse logo, pois estava cuidando das crianças, como se fosse a mãe deles, e ele tinha o maior ciúme de mim. No dia que eu fiz o casamento da minha irmã casula, arranjei um namorado, eu já estava com quase vinte e oito anos, antes era só umas paqueras escondidas do meu pai. Mesmo assim, ele em Brasília, vigiava a gente através dos meus tios, irmãos dele. Estava tudo bem, mas, eu tinha muita vontade de me libertar de Serra Grande, o meu intuito era de estudar, lá não havia o ensino fundamental básico dois, as pessoas se deslocavam para Itaporanga, Cajazeiras, e eu não tinha como! Era presa! A dona de casa, a obrigação, morando no sítio. Meu pai chegou a voltar para Serra Grande, “arrumar” namorada para casar, e eu ficava querendo sempre me livrar desta situação, por que era dona da casa, e iria entrar outra, não sabia como lidar com isso.

Foi então, que um dia. (...) Eu sempre tive problemas dentários, e tinha que extrair um dente e criou o efeito de uma grande hemorragia, o dente se quebrava e retirava, então, o dentista me trouxe para São Jose de Piranhas, nessa cidade não tinha a dentista que ele queria ver, a hemorragia foi aumentando, e me tirou da casa dele. Aqui em Cajazeiras mora um tio meu que tinha vindo para estudar, na época já estava na faculdade, na UFCG. Então ele disse: Você não vai mais para Serra Grande, só vai agora, quando extrair todos os dentes. Ele me levou ao médico, e foi constatado que tinha mesmo que extrair, porque era um problema na gengiva, e só tratava se retirasse os dentes. Então foi preciso retirar todos os dentes nessa época. Daí eu fiquei na casa dele, ficava inquieta porque não tinha algo a fazer, eu queria muito estudar, foi numa época do final de setembro a outubro, e eu fiquei até janeiro cuidando dos dentes, e depois colocando a

prótese. Uma irmã minha que morava em São Paulo, que eu criei, foi quem mandou o dinheiro, eu não tinha condições de colocar a prótese e nem gostava de pedir.

E aí eu fui despertando para dar aulas de reforço a crianças, e nessas aulas de reforço foi que eu conheci uma agente social, Irismar, por nome de Irismar, que admirava muito o meu esforço. (...) Depois ela informou que eu poderia fazer a 5ª série na escola Costa de Silva, que atendia adultos, que realmente hoje tem o EJA (Educação de Jovens e Adultos). Na época era 5º ano mesmo, normal para adultos. Sei que eu fui! Muito distante da minha casa. A educação física era cinco horas da manhã, eu tinha que acordar de quatro horas, atravessando a rua, quem conhece Cajazeiras sabe que o bairro de Capoeiras, que fica próximo do Perpetão, ao Costa e Silva que fica na saída para Sousa, sabe que é longe. Lá eu estudava a noite, e durante o dia já ficava nesse reforço, e ia ensinar, porque era o meu desejo, como fosse até brincando. Então, Irismar vendo isso, me convidou a fazer um trabalho na creche com ela. Chegando a adoecer, ela me deixou treze creches para tomar de conta, na época. Era aquele trabalho de supervisionar, conversar com os monitores das turmas que tinham na creche. Como eles estão lhe dando? Como estavam as crianças? Anotando as dificuldades, dando ideias de brincadeiras para as crianças, em que eles tivessem mais entusiasmo a estar naquelas creches. Sei que foi tempo grande, onde Irismar quando vinha de João Pessoa me agradava trazendo sabonete, sandálias, pasta dental, escova.

Depois do quinto ano, mesmo assim, quando eu entrei comecei a procurar o supletivo aqui em Cajazeiras, e foram me informando, onde você fazia as provas a cada seis meses, e me inscrevi. Fiz o primeiro grau, do 5º ao 9º, eram sete disciplinas, eu passei em seis, fiquei apenas em Educação Moral e Cívica. E continuei estudando até dezembro, terminando o 5º ano, e me inscrevi na disciplina que tinha reprovado, passei, e fui aprovada. Depois disso, fui para o colégio estadual fazer o 1º, ensino médio. Também morando distante, nas Capoeiras, vinha para o colégio à noite, e me ofereceram vagas que tinham durante o dia, e eu lutei por uma vaga à noite para arranjar alguma coisa, continuar fazendo os meus trabalhos para ganhar meu sabonete, minha pasta dental (...) ((chorou)) e assim então, eu consegui terminar o 3º ano.

De lá, eu sempre com o pensamento de ser professora, e na época dava direito você ser professora mesmo assim, só com o magistério. E só tinha no Nossa Senhora de Lourdes, mas era pago e eu não tinha condições, então comecei a lutar por uma vaga (...) uma

bolsa. Não conseguia, não conhecia ninguém aqui, meu tio ocupado, mas eu disse: Vou enfrentar! E nisso, eu fui falar com o diretor, padre Luiz Gualberto, já falecido hoje. Ele começou me dar esperanças, que poderia surgir. Não tinha certeza, eu não fosse me “alimentando” muito, mas ele terminou conseguindo, já depois do primeiro bimestre. Na época, eram dezenove disciplinas, no magistério. Já tinham passado cinco provas do segundo bimestre, quando ele veio conseguir. Nisso, ele disse até uma brincadeira: Olhe, você pode vir, mas sua matrícula só vai ser realmente efetuada se você passar por média no primeiro bimestre, é um desafio para você, topa? - Topo! Ele disse: Então, sua matrícula só vai ser feita, se você passar por média, no contrário não ganhará a bolsa, e então a matrícula não será efetuada, por isso você vai ficar como ouvinte. Eu disse: Topo! Não tinha dinheiro para comprar os livros, os livros eram comprados.

Também nessa época, estava atrás de uma aula de Mobral para ensinar, e aí tem Antônio dos Anjos que foi um dos diretores, ele sabe de toda a minha história, ele que é um advogado aqui em Cajazeiras. Ele me deu os cadernos do Mobral, e eram os que eu tinha para escrever. Ali eu cobria as capas, com folhas de embrulho. E eu chegava na “bodega”, no balcão onde tinha o papel para embrulhar as mercadorias, e pedia uma folha. E as vezes, chateado, ele perguntava: E uma “banda” dar? E eu dizia: Não, me der toda! E perguntava: E para o que é que você quer? Respondia: É para me fazer um caderno! E dizia: Ah! Não acredito! Se tivesse um caderno aqui eu lhe dar! Então me dava uma folha de embrulho, que era justamente para embrulhar rapadura. Ele vendia muito, rapadura, “batida”. Então eu chegava em casa, cortava e fazia os cadernos.

Lá no Nossa Senhora de Lourdes, em um concurso de redação, consegui tirar o segundo lugar no Estado da Paraíba, e o padre disse uma brincadeira: Agora sua matrícula está efetivada! Depois ele disse: Eu estou brincando, fiz naquele dia, só foi um desafio para saber se você aceitava enfrentar. E entregou o resultado no dia cinco de setembro, como estava próximo do dia sete, o colégio iria desfilar, ele recebeu do MEC todos os meus prêmios, mas, só iria me entregar em solenidade depois que passasse o desfile. Então assim, ele fez a missa em ação de graças, chamou o repórter, justamente da Tambaú (emissora de transmissão audiovisual), de João Pessoa, e eles vieram, fizeram a reportagem comigo e até hoje eu ainda tenho a foto do jornal.

E quando eu terminei o magistério, que é o pedagógico, fui surpreendida por Irismar, com uma portaria, me efetivando no município. Disse que era, como podia pagar pelo

que eu tinha feito nos três anos para ela, me dando a chance de ingressar numa escola do município como professora efetiva. Sem procurar nenhum político, porque na época não era concurso público. Foi em 1986, e não existia concurso público, você entrava por conhecimento, com alguma pessoa, digamos assim, autoridade política do município, e eu não tinha ninguém, nem aqui ainda votava, continuava votando em Serra Grande. Nunca ninguém me perguntou onde eu votava, nem se eu era eleitora. E dando continuidade, eu recebi a portaria, fiquei muito feliz, agradei e antes da semana terminar, com cinco dias depois, na sexta-feira ela me trouxe uma portaria de diretor, para que eu já fosse começar a trabalhar. Eu achava que só iria começar a trabalhar em fevereiro, quando as aulas iniciavam, sabia que era no Guimarães (escola), uma escola que eu não conhecia, e já me trouxe para assumir a diretoria da escola. Então, comecei a trabalhar a partir do momento que não era uma escola, ainda com dois cômodos onde serviam merenda para meninos de “rua”. O prefeito tinha um projeto na época, e fazia a comida nas casas, na estrada do Jatobá, onde algumas senhoras faziam panelões de sopa, mas era despachado nesses dois cômodos que eram justamente para ser uma creche, onde tinha um trabalho da Irmã Nivanda, de evangelização. Ela era irmã de Dr. Epitácio, na época, prefeito da cidade. Ela já é falecida. Não sei se irmã de sangue, ou de coração, sei que tinha uma ligação.

Então, quando cheguei estava em construção, e Irismar me autorizou a ficar nos dois cômodos fazendo matrícula, depois, a escola terminou a reforma e iniciei com duzentos e oitenta alunos. Funcionava manhã, tarde e noite. A noite era com jovens e adultos, que antes eram só adultos. Eu ficava os três expedientes na escola, e não tinha vice-diretor na época, nem agente administrativo e vigilante. Seu Antônio, um morador vizinho, muito amigo do prefeito e que precisava de um emprego, conseguiu ser vigilante à noite, mas, durante o dia não tinha, mesmo com todo o bairro perverso. E prosseguindo, a escola teve uma ampliação e foi aumentando o número de salas e de alunos.

Eu ainda fiquei quase trezes anos por lá, depois eu saí, e vim para a escola Galdino, em virtude de quando do prefeito da época, que criou um concurso, dizendo que só podia ter funcionário público efetivo através de um concurso público, sendo que na constituição reza isso à partir de oitenta e oito (1988), só que eu era de oitenta e seis e não deveria ter feito o concurso. Então eu fiquei fora do quadro efetivo da prefeitura, mas continuei trabalhando como prestadora de serviço, passando a receber (remuneração) na tesouraria da prefeitura junto com os garis, nos sábados, e na folha, no

comprovante, descontado a contribuição do INSS, que depois, no governo de Zerinho (José Nelo Zerinho Rodrigues) passou a ser IPAM (Instituto de Previdência e Assistência Social Municipal de Cajazeiras- PB). Trabalhei os quatro anos de Vitoriano (Antônio Vituriano de Abreu), que foi o prefeito da época do concurso, mesmo assim, ele já tinha dado baixa na minha portaria, trabalhei mais quatro anos do prefeito Zerinho, e mais um de Dr. Epitácio, tudo desta forma, com cargo comissionado, que vinha descontado e tudo. Fui colocada para fora, na época do governo de Dr. Epitácio, porque uma professora que tinha trabalhado para um vereador pediu a minha “cabeça”, para ser diretora no Guimarães, e assim, ela foi para lá, sendo professora de outra escola. Mas também, só aguentou um mês, e também pediu para sair para outra escola, mais próxima de casa, e eu fiquei sem emprego na época. Ai, eu peguei todos os meus tempos de serviço, inclusive quando tinha começado em escolas por aqui; o Mobral, que eu comecei em 1982, onde o meu diretor era Toinho, o advogado Toinho, que me deu todos os papéis, e também foi quem juntou todos os meus tempos de serviço e implantou no meu contracheque, e juntando tudo, eu coloquei lá na prefeitura nas mãos de outro advogado. Depois, Dr. Epitácio sancionou uma lei junto com os vereadores, contra aqueles que tinham colocado eu e mais dezesseis pessoas para fora na época, e ganhamos a causa porque justamente a validade da constituição não era de 1986 e sim a partir de 1988, então eu tive o emprego de volta com oito meses. Quando eu recebi o emprego de volta, fui para o Cecília Meireles (Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Cecília Estolano Meireles), onde fiquei dois meses trabalhando, ajudando a diretora numa época de final de ano, faltando dois meses para encerrar o ano letivo, como professora de portaria.

Quando eu estava lá, encerrando meus trabalhos na secretaria, recebi um convite de Fátima Rocha, uma amiga que tinha trabalhando comigo no Guimarães, que também teve a perda do seu emprego, na época. Ganhando o emprego de volta, ela veio ser diretora aqui no Galdino. Quando ela soube que eu tinha ganhado a questão, me convidou para “cá”. Porque a causa saiu de uma vez só, mas as portarias saíram pouco a pouco. Agradeço muito, e até hoje estou aqui. Nessa época de turbulência, perda de emprego, eu não tinha ainda o estado (Governo do Estado da Paraíba). Vindo um concurso no governo de Cicero Lucena, eu me submeti a fazer. Fiz e passei em 14º lugar, depois quando eu fui chamada para a entrevista voltei ao 1º lugar, sendo chamada logo de início, indo para a Escola Dom Moisés, onde fiquei um ano e três meses. No

segundo ano, que justamente foram os três meses, o diretor da época era muito político, e tinha se passado o ano eleitoral, e ele com dívidas para pagar, teve que dividir aulas em dobradas de carga horária. Para terminar a história, fiquei lá com apenas nove aulas, e tendo uma perda grande no meu salário, mas eu nem olhava para isso, o meu desejo e satisfação era bem maior, de ter passado, ganhado a causa no município e um concurso de estado, onde ninguém iria me derrubar. Mas uma diretora do Colégio Estadual, que já é falecida, Eunice Bandeira, ficou sabendo através de um treinamento, de duas semanas (na época eu era professora de ensino religioso) em Sousa, no Centro de Treinamento de Professores. Lá as pessoas encarregadas do MEC, diretamente de João Pessoa, viram minha carga horária, ligaram para o Colégio Estadual contando minha situação e se informando sobre vagas. Durou um ano, esse estudo à distância, para ensinar nas aulas da disciplina de ensino religioso, onde a gente fez até monografia para encerrar. Depois do treinamento, eu cheguei de volta a Cajazeiras e já havia um ofício com meu tio Epitácio Calixto, me convocando a uma reunião na Escola Estadual Professor Crispim Coelho. De cara a diretora já foi me dando quinze turmas, e ainda fiquei compromissada com as nove aulas no Colégio Dom Moises, e permaneci um ano dessa forma. Ela me deu para completar a carga horária e por fim passou. No ano seguinte fiquei novamente com vinte e três aulas na Escola Estadual, onde estou até hoje. Daí eu fui para o Polivalente, já ensinava dezoito anos Ensino Religioso, mas, nessa época mesmo surgiu à oportunidade de ensinar outra disciplina ao 6º Ano, que era Português, e a diretora perguntando se eu tinha coragem de enfrentar. Passei ainda dois anos ensinando, até a vinda de outro professor para a disciplina. Eram cinco aulas por semana, e minha carga horária subiu, porque eu não abria mão da disciplina de Ensino Religioso, que era apenas uma aula. Se abrisse mão, poderia voltar a ficar com poucas aulas e o mesmo sofrimento de início, quando eu estava no Dom Moises. Então, depois foram aparecendo treinamentos para o Ensino de Artes. (...) Depois entrei no curso de Pedagogia; fiz especialização de Artes em Conceição, mesmo não sendo um curso superior, mas de todas as formas queria as condições de me manter dentro de algumas regras, das normas na sala de aula, onde estou até hoje. Já completei vinte e três anos de Colégio Estadual. (...) Gosto muito da minha profissão, além do mais ainda faço alguns trabalhos voluntários; alunos me telefonam e pedem orientações sobre redação, e aí, chamo lá para casa ou para o Colégio Estadual, quando estou em aula vaga; ex-alunos estão retornando, eles vem sempre a minha procura, quando estão para realizar Enem, vestibular. (...) Tem um trabalho que faço com crianças, jovens e adultos, como

catequista e coordenadora da catequese, na paróquia de São João Bosco. É um estudo de vida, é um trabalho social e voluntário. Todo o sábado estou lá! Já se completaram nove anos na catequese, não como coordenadora, pois entrei como catequista, no Bairro São Francisco, onde fui ensinar a primeira vez, no Guimarães.

ENTREVISTADOR – Noite de quarta-feira, 02 de Agosto de 2017, Escola Estadual Professor Crispim Coelho, Cajazeiras, cidade da Paraíba. Eu, Pedro Felipe Ribeiro Silva, graduando do curso de História, da Universidade Federal de Campina Grande, no Centro de Formação de Professores, na ocasião, solicito autorização da professora Maria do Disterro para registrarmos por meio desse gravador o relato de sua vida, no que se refere às experiências com o currículo de formação do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, quanto a sua atuação na sala de aula.

MARIA DO DISTERRO – Bom, as minhas experiências iniciaram bem antes da formação como professora, eu já ajudava uma tia minha. (...) Depois que cheguei aqui eu tive a oportunidade de ir para o Mobral, e lá eu fui descobrindo realmente que era o meu dom, ser professora. Na oportunidade eu fiz meu ensino médio no colégio estadual, mas, não me cansava de procurar (...) o pensamento de buscar uma formação de magistério. De início eu procurei o colégio Nossa Senhora de Lourdes, onde tive as dificuldades que já disse, mas, lá eu pude realmente me aprofundar, por que os professores me ajudaram muito a descobrir o dom, de aprofundar na minha formação de professora, e eu nunca saí de sala de aula depois que entrei lá. Mesmo antes de terminar, eu já estava com uma sala de aula, sem ganhar dinheiro, mas, que ganhei muita experiência, que contam para mim até hoje. Onde mais me realizei foi no meu estágio, no Nossa Senhora de Lourdes. E eu digo a você, que eu fiquei um pouco temerosa de não dar de conta, mas, não tive nenhuma dificuldade, não foi nada difícil para mim, onde eu fiquei uma semana (...) tipo seminário, mas era realmente, o teste. Só me ajudou! Eu aprendi a fazer plano de aula, aprendi a fazer plano de curso. (...) Quando eu saí de lá, já sabia fazer essas tarefas que o professor faz hoje. Eu saí com uma experiência muito grande também em metodologia de ensino, onde aprendi a não levar o ensino para um lado muito fechado, aonde o aluno não desenvolva a vontade e o desejo de estar na sala de aula, fazendo com que o aluno não se sinta enfadonho. No Colégio Nossa Senhora de Lourdes eu comecei a apresentar meus seminários em forma de teatro, colocando humor, para que todos aprendessem de uma maneira alegre, que fizesse rir, mas que trouxesse uma aprendizagem. É tanto que me estendeu até na faculdade! Quando eu fui para Faculdade São Francisco, todos os temas que iam apresentar, eu tentava apresentar o personagem que o texto do seminário falava. Foi uma grande experiência, quando começaram a aceitar meus seminários dessa forma, me

desenrolando para a sala de aula, tirando a timidez. (...) Quando eu assumo uma sala, pode ter cinquenta alunos, como já tive aqui no Estadual, sala de comerciantes e empresários que não terminaram o ensino médio, e na sua própria “firma” viram que era bom ingressar. E aqui eu já tive aluno desse tipo, e todos os assuntos que eles perguntavam, queriam uma formação para a vida, algo que tivesse dentro do mercado de trabalho deles. Quando eu conheci a clientela já fui pesquisando além do meu assunto, da minha disciplina, pesquisava algo amplo, pois sabia que iria ser testada. Inclusive, às vezes tinham amizade comigo, de conversar, e eu já estava preparada para isso. (...) Então foi uma grande experiência, onde eu me firmei no Nossa Senhora de Lourdes, eu descobri realmente que queria seguir como professora. (...) No Mobral foi uma experiência boa, no Nossa Senhora de Lourdes também, foi lá onde eu tirei todas as dúvidas, que realmente queria ser professora, é tanto que eu não reclamo de salário, eu quisesse ganhar bem muito dinheiro eu não tinha me formado para ser professora, eu tinha procurado outra profissão, talvez um candidato, conseguindo me candidatar para ganhar mais e trabalhar menos, mas não era essa a minha vocação. Isso, não faz com que eu desconheça a desvalorização do professor, reconheço que o professor deveria ser mais remunerado, ter mais valor dentro da sociedade, isso não faz com que eu baixe a cabeça, meu relato é que, eu sou feliz como professora, independentemente do salário que ganho! Eu gosto da minha profissão! Tanto gosto, como passei um “tempão” trabalhando de graça. E hoje quando alguém precisa de alguma instrução sobre o que sei, não cobro nada! Se você hoje perdesse o emprego, por exemplo, ia trabalhar de graças? Talvez, quem sabe? Pelo que gosto de fazer! Até hoje eu procuro me atualizar (...) essa experiência não parou. Ah, já tenho experiência! Não, o professor é um eterno aprendiz, ele precisa estudar sempre, atento as mudanças, se atualizando na compreensão dos jovens de hoje, que já pensam diferente dos de dez anos atrás. Se atualizar na compreensão, acompanhar as mudanças de pensamento, de ideias, de agir. Os jovens de hoje, a maioria, são rebeldes, querem nota e não estudar. E para você não reprovar uma sala inteira, e nem dar nota de graça, precisa de um manejo para conquistar aquele aluno. Ele querendo ganhar aquela sua nota com a presença mínima na sala de aula, mas, nunca interage nas aulas. Se medir forças com o aluno, você não está se atualizando na linha dos jovens atuais. A gente não pode, é uma responsabilidade nossa, do professor, é informar, é justamente não excluir, nós precisamos é incluir! Incluir, por que essa é uma das nossas finalidades, não ensinar só os conteúdos. Fazer com que o aluno interaja nessas aulas, comece a gostar, então, você

poder avaliar esse aluno. Precisamos tratar eles como cidadãos, e saber que futuramente vão estar no nosso lugar, de uma forma ou de outra, que seja professor, advogado. Uma coisa que eu nunca faço é dar um zero para o aluno. Eu não acredito que um ser humano mereça zero, ele não está obrigado a saber da minha disciplina, ele pode saber algo que eu não sei. Por isso, não fez nada tem um (1,0) como ser humano, tem um (1,0) como nasceu. Pode ser ruim numa coisa, mas bom em outra. Ai eu vou levando minhas aulas. Mesmo assim, muito atarefada, é uma grande responsabilidade com três expedientes. Com turma de crianças é uma responsabilidade, e com turma de adultos, ai sim! Hoje com o EJA, os que não tiveram oportunidades talvez porque brincaram; por trabalho; ou por não ter despertado na época, e eles correm atrás de um prejuízo, são pessoas que trabalham de patrões até sete (19h00min), sete e vinte (19h20min) da noite e chegam muitas vezes aqui para a segunda aula, e a gente que tem a primeira aula precisa ir entendendo, porque um dia ele dar um jeito e chega a tempo. Ir entendendo que ele está querendo se colocar, não está vindo aqui brincar. O aluno da noite que trabalha e chega aqui cansado, não dar tempo lancha, ele não vem brincar, para o professor somente fazer uma chamada e não ter algo a oferecer, para que ele diga: Hoje eu aprendi! Valeu a pena trabalhar, chegar cansado e vir para o colégio! Eu zelo muito por essa parte de fazer valer o interesse do aluno. Aquele que está vindo cansado de uma temporada de trabalho durante o dia, mas ele vem para o colégio. Há por que já passou o tempo dele! Não tem nada passado! Nós podemos atrasar, mas passar, não! Você é capaz, tem 40 anos, 50, quer aprender? Isso que é viver! Faz parte da vida, às vezes tem 13, 20 anos, parou? Você parou de viver, de fazer algo, buscar. (...) Por isso, que mesmo assim, é mais fácil eu ver que não tomei água, não jantei. Não deu tempo! Opção: tem tempo para jantar ou preparar sua aula? Vou preparar a aula! O aluno que está aqui não tem culpa, por eu ter outro trabalho, ser atarefada, e chegar dando uma aula de qualquer jeito. Isso é desde quando despertei minha vocação, e continuo assim. Alguém dos meus colegas dizia: Quando você estiver com dez anos na sala de aula, quinze, chegando ai não vai fazer do jeito que está fazendo agora. E venho vendo os meus colegas dizendo que estou fazendo diferente, melhor do que entrei. Vêm projetos de artes cênicas, eu enfrente (...) de música, de literatura, mesmo assim, o meu curso não sendo de português. Mas entra literatura também, me aprofundo, faço o projeto! Está chegando outro aí, já estão me procurando e vou ver se me ingresso, e aproveitar o talento dos nossos alunos. Não é dizer que isso vai aumentar no meu salário? Não vai! Mas vai aumentar o meu convívio com os alunos (...) a minha experiência vai ajudar eles, a

despertar um prazer pelo ensino, e quem sabe ali surgir uma profissão que eles queiram seguir. Eu vejo que nossa parte de professor com essa finalidade, é de grande responsabilidade.

**TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE
DEPOIMENTO ORAL**

CEDENTE:

Nome: <u>Maria do Desterro Salveiro da Silva</u>	
Nacionalidade: <u>Brasileira</u>	Estado civil: <u>viúva</u>
Profissão: <u>Professora</u>	
Portador de Cédula de Identidade RG: <u>649.872</u>	
Emitida pelo: <u>SSP. PB</u>	CPF nº: <u>325753004-87</u>
Domiciliado e residente na: <u>Rua: Taizy Aleonor Moreira 25</u>	

CESSIONÁRIO:

Universidade Federal de Campina Grande // Centro de Formação de Professores – CFP/UFCG // Unidade Acadêmica de Ciências Sociais // Curso de Licenciatura Plena em História, estabelecido na Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n, Casas Populares, CEP: 58900-000, Cajazeiras, Paraíba.

OBJETO:

Entrevista gravada exclusivamente para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do discente Pedro Felipe Ribeiro Silva, nº matrícula: 213130038, do Curso de Licenciatura Plena em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande.

USO:

Declaro ceder ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do discente Pedro Felipe Ribeiro Silva, nº matrícula: 213130038, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(a) pesquisador(a): Pedro Felipe Ribeiro Silva, na cidade de Cajazeiras-PB, em 25/07/17, num total de 02 dois arquivos de áudio gravados em formato AMR.

De acordo com as disposições de direitos autorais (Lei nº 9.610 de 19.2.1998), Pedro Felipe Ribeiro Silva, fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editando ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo normas estabelecidas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Cajazeiras, 14 de sete de sete de 2017.

Maria do Desterro Salveiro da Silva
Assinatura do Depoente / Cedente

**TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE
DEPOIMENTO ORAL**

CEDENTE:

Nome:	Maria do Desterro Salvino da Silva	
Nacionalidade:	Brasileira	Estado civil: Viúva
Profissão:	Professora	
Portador de Cédula de Identidade RG:	649872	
Emitida pelo:	SSP-PB	CPF nº: 32.5753004-87
Domiciliado e residente na:	Rua Taizy Alencar Moreira, 26	

CESSIONÁRIO:

Universidade Federal de Campina Grande // Centro de Formação de Professores – CFP/UFCG // Unidade Acadêmica de Ciências Sociais // Curso de Licenciatura Plena em História, estabelecido na Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n, Casas Populares, CEP: 58900-000, Cajazeiras, Paraíba.

OBJETO:

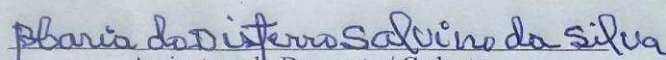
Entrevista gravada exclusivamente para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do discente Pedro Felipe Ribeiro Silva, nº matrícula: 213130038, do Curso de Licenciatura Plena em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande.

USO:

Declaro ceder ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do discente Pedro Felipe Ribeiro Silva, nº matrícula: 213130038, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(a) pesquisador(a): Pedro Felipe Ribeiro Silva, na cidade de Cajazeiras-PB, em 02 / 08 / 17, num total de 02 dois arquivos de áudio gravados em formato AMR.

De acordo com as disposições de direitos autorais (Lei nº 9.610 de 19.2.1998), Pedro Felipe Ribeiro Silva, fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editando ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo normas estabelecidas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Cajazeiras, 14 de Setembro de 2017.


Assinatura do Depoente / Cedente

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

CEDENTE:

Nome:	Maria do Desterro Salvino da Silva		
Nacionalidade:	Brasileira	Estado civil:	Viúva
Profissão:	Professora		
Portador de Cédula de Identidade RG:	649.872		
Emitida pelo:	SSP-PB	CPF nº:	325753004-87
Domiciliado e residente na:	Rua Taizy Alencar Moreira, 26		

Declaro que as informações transcritas estão de acordo com os meus depoimentos ao pesquisador _____, dessa forma lhe reservando os direitos autorais (Lei nº 9. 610 de 19.2.1998) para fins de produção acadêmica.

Cajazeiras, 14 de Setembro de 2017.

Maria do Desterro Salvino da Silva
Assinatura do Depoente / Cedente

ANEXO B: Documentação referente ao currículo formativo da professora Maria do Disterro (históricos escolares; certificados; matrículas).



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA EM UTILIZAÇÃO DOS DADOS

Colégio Nossa Senhora de Lourdes que é guardiã legal dos arquivos aqui interessados, neste ato, eu, Maria do Disterro, AUTORIZO o pesquisador abaixo identificado a ter acesso aos dados referentes ao meu currículo escolar com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informada dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais tem o objetivo de analisar a trajetória de formação profissional da minha pessoa por meio de uma narrativa biográfica que está intrinsecamente vinculada as políticas de alfabetização desenvolvidos na cidade nos anos de 1980 e o andamento inicial da Escola Municipal Maria Guimarães Coelho no processo de institucionalização das escolas municipais de Cajazeiras nos anos de 1990, discutindo as atribuições históricas desse papel e as minhas atuações nesses espaços de ensino dos anos iniciais que atenderam crianças, jovens e adultos dentro de uma movimentação alfabetizadora.

Cajazeiras-PB, 30 de Maio de 2017.

Pedro Felipe R. Silva

Pedro Felipe Ribeiro Silva

Pesquisador

Maria do Disterro

Maria do Disterro

Concedente

Rosa Vieira de Andrade

Assinatura do responsável

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



TAXA DE APOSENTADORIA
Recolhido conf. Gula

JOÃO ABRÃO DA SILVA
OFICIAL DO REG. CIVIL
Serra Grande - Paraíba

FIRMA - SÃO PAULO
Tabelião JOSÉ CYRILLO
BARÃO DE PARANAPIACABA, 6
JUNTO A PRAÇA DA 62

NASCIMENTO N.º 911

CERTIFICO que às folhas 234 do livro N.º A - 4, do Registro de Nascimento foi feito hoje, o assento de MARIA DO DISTERRO

nascid. a 6 de Seis de Janeiro de mil novecentos e Cinquenta e Seis às 5 horas e - minutos em casa em Sitio Manga Velha deste Municipio.

do sexo feminino de cor - -

filh. de Manoel Calixto da Silva

natural deste Estado

e de Dona Josefa Linaria da Silva

natural deste Estado

São avós paternos José Calixto da Silva

e Dona Maria Pereira da Silva

e avós maternos Vicente Antonio da Silva

e Dona Maria Alves da Silva

Foi declarante O Proprio Pai

e serviram de testemunhas Antonio Bernarde Lopes

Joaquim Dionisio Tavares

Observações: _____

O referido é verdade e dou fé.

Serra Grande em 13 de Janeiro de 19.79.

João Abrão da Silva
OFICIAL

TILIBRA
COD. 15128



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICO-EDUCACIONAIS E CULTURAIS
HISTÓRICO ESCOLAR 2.º Grau
(MOD. 10)

Nome da Escola: *Escola Estadual de 1.º e 2.º graus Prof. Cícipio Coelho*
Ata que Autorizou o Funcionamento: *Ata Estadual 2512 de 24-10-1961*
Distrito Geo-Administrativo: *9.º* Município *Cajazeiras*
Endereço: *Av. Pedro Gondim* S/N.º
Bairro: *-* Fone: *531-1319*

Nome do Aluno: *Maria do Distero*
Sexo: *feminino* Data de Nascimento: *06-01-1956*
Natural de: *Serra Grande* Estado: *Paraíba*
Nome do Pai: *Mansel Cabrito da Silva*
Nome da Mãe: *Josefa Benimaria da Silva*

EDUCAÇÃO FÍSICA							
Ano	Série	Exame Biométrico		Exame Médico	Aptidão Física	Carga Horária Anual	% Frequência
		Peso	Altura				
<i>1981</i>	<i>1.º</i>	<i>54</i>	<i>1.57</i>	<i>apto</i>	<i>-</i>	<i>91</i>	<i>90,1</i>
<i>1982</i>	<i>2.º</i>	<i>54</i>	<i>1.57</i>	<i>apto</i>	<i>-</i>	<i>100</i>	<i>99,9</i>
<i>1983</i>	<i>3.º</i>	<i>54</i>	<i>1.58</i>	<i>apto</i>	<i>B.</i>	<i>98</i>	<i>86,8</i>

ESPAÇOS RESERVADOS PARA:

INSPETORIA TÉCNICA DE ENSINO	RECONHECIMENTO DE FIRMA	ATESTADO DE CONDUTA
		<p><small>Assinatura que o(a) aluno(a) e parente do(a) aluno(a) assinam</small></p> <p><i>Francisca Têla de Azevedo</i> José Francisco de Azevedo Administrador Escolar Aut. L. T. E. 497</p>

		E D U C A Ç Ã O G E R A L										F O R M A Ç Ã O E S P E C I A L																																					
		C O M U N I C A Ç Ã O E E X P R E S S Ã O			E S T U D O S S O C I A I S					C I Ê N C I A S		(P A R T E D I V E R S I F I C A D A)																																					
A N O		S É R I E		L í n g u a P o r t u g u e s a E L í t. B r a s i l e i r a		L í n g u a E s t r a n j e i r a		E d u c a ç ã o F í s i c a		E d u c a ç ã o A r t i s t i c a		H i s t ó r i a G e r a l		H i s t ó r i a d o B r a s i l		G e o g r a f i a G e r a l		G e o g r a f i a d o B r a s i l		O. S. P. B.		E d u c a ç ã o M o r a l e C í v i c a		E n s i n o R e l i g i o s o		M a t e m á t i c a		C i ê n c i a s F í s i c a s e B i o l ó g i c a s		F í s i c a		Q u í m i c a		B i o l o g i a		P r o g r a m a s d e S a ú d e		S o c i o l o g i a		H i s t ó r i a d a P a r a í b a		G e o g r a f i a d a P a r a í b a		M é d i a G l o b a l		C a r g a H o r á r i a A n u a l		F r e q u ê n c i a	
1981	1ª	61	x	x	x	85	94	x	x	x	x	65	x	x	x	60	78	67	x	x	x	60	75	x	x	x	x	x	x	x	x	69	x	x	880	956	x	x											
	H. Anula	59	x	x	x	91	63	x	x	x	x	65	x	x	x	71	x	90	91	x	x	30	30	x	x	x	x	x	x	x	67	x	x	880	956	x	x												
	2ª	66	x	x	x	90	x	x	x	x	x	63	x	x	x	63	x	67	64	67	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	67	x	x	781	965	x	x										
1982	H. Anula	39	x	x	x	100	x	x	x	x	x	65	x	x	x	134	x	94	100	90	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	65	x	x	781	965	x	x									
	3ª	69	x	x	x	78	x	x	x	x	x	60	x	x	x	63	x	58	64	58	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	65	x	x	781	965	x	x										
	H. Anula	120	x	x	x	98	x	x	x	x	x	111	x	x	x	133	x	100	103	98	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	65	x	x	918	980	x	x										
1983	1ª	61	x	x	x	85	94	x	x	x	x	65	x	x	x	60	78	67	x	x	x	60	75	x	x	x	x	x	x	x	x	x	69	x	x	880	956	x	x										
	H. Anula	59	x	x	x	91	63	x	x	x	x	65	x	x	x	71	x	90	91	x	x	30	30	x	x	x	x	x	x	x	x	67	x	x	880	956	x	x											
	2ª	66	x	x	x	90	x	x	x	x	x	63	x	x	x	63	x	67	64	67	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	67	x	x	781	965	x	x										
1983	H. Anula	39	x	x	x	100	x	x	x	x	x	65	x	x	x	134	x	94	100	90	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	65	x	x	781	965	x	x									
	3ª	69	x	x	x	78	x	x	x	x	x	60	x	x	x	63	x	58	64	58	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	65	x	x	781	965	x	x										
	H. Anula	120	x	x	x	98	x	x	x	x	x	111	x	x	x	133	x	100	103	98	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	65	x	x	918	980	x	x										

Nome das Escolas Frequentadas pelo Aluno: Colégio Estadual Prof. Euzébio de Almeida - Cajazeiras - Paraíba

Cidade / Estado: Cajazeiras - Paraíba

Ano: 1981, 1982, 1983

Série: 1ª, 2ª, 3ª

Observações: A disciplina Programação de Saúde não ministrada em Anápolis

Cajazeiras, 30 Dezembro 1983

Ass. do Secretário - N.º Registro: Maria Inês de Almeida

Ass. do Adm. Escolar - N.º Registro: José Francisco de Abreu

Valentim de Fátima
Secretária
Reg. nº 6228

José Francisco de Abreu
Administrador Escolar
Aut. I. T. E. 307

124
46

Colégio Nossa Senhora de Lourdes

Praça Ana de Albuquerque, n.º 12 — Fone: 531-1229

58.900 — Cajazeiras - Paraíba

Maria do Disterro
Nome

Reg: 911

06.01.56
Data de Nasc.

Serra Grande
cidade

Paraíba
Estado

Rua João Tebejes, 533
Endereço

Manoel Calisto da Silva
Pai

Josefa binaria da Silva
Mãe

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES

Praça Ana de Albuquerque, 12 — CAJAZEIRAS — PB.

Aluno MARIA DO DISTERRO
 Filiação MANOEL CALIXTO DA SILVA E JOSEFA LINARIA DA SILVA
 Data e local do nascimento 06 DE JANEIRO DE 1956 EM SERRA GRANDE-PB
 Residência JOÃO TEBEJO, 533 Fone: _____
 Curso 2º GRAU Turma ÚNICA Série 2º PED. Nº 44

FICHA INDIVIDUAL - ANO 1984

Disciplinas	PORTUGUÊS LIT. BRAS. ED. ART.	ED. FÍSICA	ED. DA FÉ	HIST. PB	GEOG. PB	MATEM.	CIÊNC.	PR. SAÚDE	DID. GERAL	DID. LING.	DID. MAT.	DID. C. NAT.	DID. E. SOC.	PSICOLOGIA	FILOSOFIA	SOCIOLOGIA	M. GLOBAL
1ª Unid.	45	80	80	95	90	85	67	80	70	90	70	80	70	100	45	85	60
Recup.	70						80							60		60	
2ª Unid.	65	90	90	100	90	100	75	80	70	90	70	85	90	100	80	95	85
Recup.	90																
3ª Unid.	55	80	80	100	90	90	80	80	70	05	90	100	90	40	90	85	
Recup.	80									80				85			
4ª Unid.	85	90	80	80	90	95	90	80	85	70	80	100	100	90	85	90	
Recup.									90								
R. Final																	
SOMA	325	340	330	375	360	370	325	320	310	335	290	335	360	390	315	355	320
MÉDIA	81	85	82	93	90	92	81	80	77	83	72	83	90	97	78	88	80
A. Dadas																	99,2
Faltas						91										84	810

Curso 2º Grau Turma Única Série 3ª N.º 20

FICHA INDIVIDUAL - ANO 1985

Disciplinas	Portug. Lit. Bras.	Ed. Art.	Ed. Física	Ed. da Fé	E. M. C.	Did. Ling.	Did. Matem.	Did. C. Nat.	Did. E. Soc.	Psicologia	Est. 1º grau	Pr. Ensino						M. Global
1ª Unid.	60	80	40	90	90	100	100	100	90	85	100							
Recup.	60		90															
2ª Unid.	90	90	90	100	90	100	90	100	85	90	100							
Recup.																		
3ª Unid.	85	85	100	100	100	100	80	100	95	65	100							
Recup.										65								
4ª Unid.	80	80	100	90	90	95	95	95	95	80	95	95						
Recup.																		
R. Final																		
SOMA	515	335	380	380	370	395	368	395	365	340	395	95						
MÉDIA	77	83	95	96	92	98	91	98	91	86	98	95						9,2
A. Dadas																		1080
Faltas							94											99%

A N O		S É R I E		Língua Portuguesa e Lit. Brasileira		Língua Estrangeira		Educação Física	Educação Artística	História	Geografia	Educação Moral e Cívica	O. S. P. B.	Educação da Fé	Matemática	Ciências Física e Biológicas	Física	Química	Biologia	Programa de Saúde	História e Geografia da Paraíba	Fund. I Psicologia Educacional	Fund. II Sociologia e Filosofia Educacional	Didática Geral/Esp.	Estrutura e Func. do 1.º Grau	Prática de Ensino	História da Pb.	Geografia da Pb.	Média Global	Carga Horária	Frequência			
1981	1.ª	61	-	85	94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	-	54	72	67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	II Anos	59	-	91	62	-	-	-	-	-	-	-	-	-	127	-	90	90	91	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1984	2.ª	81	-	82	85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	81	80	-	-	-	77	91	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	II Anos	90	-	90	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90	80	-	-	-	80	60	50	120	85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1985	3.ª	78	-	95	83	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92	95	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	II Anos	90	-	90	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80	80	-	-	-	80	60	94	98	95	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
T.C. - Total		339	-	271	133	-	-	-	-	-	-	-	-	-	261	30	90	90	91	30	60	150	150	60	320	30	30	30	30	30	30	30	1080	95%
Nome das Escolas Frequentadas pelo Aluno		Cidade / Estado		Ano		SÉRIE		OBSERVAÇÕES																										
Colégio Estadual Prof. Cassimiro Pessoa		Pangasinã - Paraíba		1981		1.ª		1. foi promovida integralmente a 2.ª																										
Colégio Nossa Senhora do Bomfim		Pangasinã - Paraíba		1984		2.ª		foi promovida dos 1.ªs. Geral e Especial no 2.ª e 3.ª séries, não houve a admissão de alunos																										
Colégio Nossa Senhora de Lourdes		Pangasinã - Paraíba		1985		3.ª		foi promovida dos 2.ªs. Geral e Especial no 3.ª e 4.ª séries, não houve a admissão de alunos																										

Pangasinã, N. de Pernambuco de 1985

Local e Data

Ass. do do Secretário N.º Registro

Ass. do Adm. Escolar N.º Registro

Cm. Luiz Galberto de Andrade

Diretor - Reg. 91-DB

1. obs: Aproveitamento de estudo do curso anterior nas disciplinas: Inglês: 64;

Hist. Geral: 63, Geog. Geral: 78, O. S. P. B.: 63.

2. obs: a aluna fez outra prova de Português obtendo a nota 70



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE DE ESTATÍSTICA

HISTÓRICO ESCOLAR

2º GRAU

Nome da Escola: Escola Est. de 1º e 2º Graus Crispim Coelho
 (MOD. 10)
 ATO QUE AUTORIZOU O FUNCIONAMENTO: Lei Est. 2512 de 24-10-1961.
 ATO QUE AUTORIZOU O RECONHECIMENTO: _____
 DISTRITO GEO-ADMINISTRATIVO: 9º MUNICÍPIO: Cajazeiras
 ENDEREÇO: Av. Pedro Gondim S/Nº _____
 BAIRRO: 9º Antonio FONE: 531-1319

NOME DO ALUNO: Maria do Disterro
 SEXO: feminino DATA DE NASCIMENTO: 06-01-1956
 NATURAL DE: Serra Grande ESTADO: Saraiuba
 NOME DO PAI: Mansel Calixto da Silva
 NOME DA MÃE: Joseza Linares da Silva

EDUCAÇÃO FÍSICA

ANO	SÉRIE	EXAME BIOMÉTRICO		EXAME MÉDICO	APTIDÃO FÍSICA	CARGA HORÁRIA ANUAL	% FREQÜÊNCIA
		PESO	ALTURA				
1981	1ª	54	1.57	apto	-	91	90,1
1982	2ª	54	1.57	apto	-	100	99,9
1983	3ª	54	1.58	apto	B	98	86,8

ESPAÇO RESERVADO À
INSPECTORIA TÉCNICA DE ENSINO

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
Secretaria da Educação e Cultura
Escola Est. de 1º e 2º Graus Crispim Coelho

Escuto do voto do Inspetor de Ensino, de acordo com a resolução nº 376/84 do C. E. E. C.

[Assinatura]
ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES

Praça Ana de Albuquerque, 12

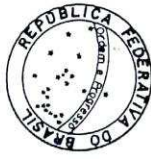
CAJAZEIRAS - PARAÍBA

HISTÓRICO ESCOLAR 2º GRAU

Nome do Aluno: <u>João de Deus</u>
Sexo: <u>Feminino</u> Data de Nascimento: <u>06-01-1956</u>
Natural de: <u>Serra Grande</u> Estado: <u>Paraíba</u>
Nome do Pai: <u>Abanuel Calisto da Silva</u>
Nome da Mãe: <u>Josefa Linares da Silva</u>

EDUCAÇÃO FÍSICA							
Ano	Série	Exame Biométrico		Exame Médico	Aptidão Física	Carga Horária Anual	% Frequência
		Peso	Altura				
1981	1ª	54	1,57	Apta	-	91	90
1984	2ª	52	1,57	Apta	Bom	90	
1985	3ª	52	1,57	Apta	Bom	90	

ESPAÇO RESERVADO À
INSPETORIA TÉCNICA DE ENSINO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Paraíba
ESCOLA: Escola Estadual de 1º e 2º graus Frei Custódio Boléo
ENDEREÇO: Av. Padre Lourenço, nº 100, BARRIO: -
DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA: Estadual D.G.A. 9º
ATO QUE AUTORIZOU O FUNCIONAMENTO / Nº Lei Estadual 8512 de 24-10-1961
ATO QUE RECONHECEU O FUNCIONAMENTO / Nº -



CERTIFICADO

O ADMINISTRADOR ESCOLAR José Francisco de Azeite

DE ACORDO COM OS ARTIGOS 16 E 23, ALÍNEA A, DA LEI Nº 5.692 DE 11 DE AGOSTO DE 1971, CERTIFICA QUE

FILH(A) DE Manoel, Calisto da Silva E DE Maria do Prêto
NOME DO ALUNO
NASCIDO (A) EM 06 DE Fevereiro DE 1956 EM Serra Grande ESTADO Paraíba
FOI CONSIDERADO (A) APROVADO (A) EM TODAS AS DISCIPLINAS DO CURSO de grau
NO 1º SEMESTRE / ANO LETIVO DE 1983, CONFERINDO - LHE O TÍTULO DE -
SUPERIOR, ESTANDO APTO A REALIZAR O ESTÁGIO PROFISSIONAL E /OU PROSSEGUIR ESTUDOS À NÍVEL

Caruaru 30 Setembro 1983
LOCAL E DATA

Maria Tereza Almeida
SECRETÁRIO ESCOLAR - REGISTRO/Nº
Doraicea Silva
ADMINISTRADOR ESCOLAR - REGISTRO/Nº

Valdeci Lopes Farias
Secretário 1.º d.
Reg. nº 438
José Francisco de Azeite
Administrador Escolar
Reg. nº 219



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

CERTIFICADO



Nos termos da alínea b do § 1º do artigo 26 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, dos Pareceres nos 853/71, 639/72, da Resolução nº 8/71 do Conselho Federal de Educação, da Portaria Ministerial nº 275, de 27 de abril de 1976, e da Resolução Lei, 13 de 10 de Fevereiro de 1977
do Conselho de Educação do Estado da Paraíba
certifico que **MARIA DO HISTÓRIO**
filho(a) de **MANOEL GALIXTO DA SILVA** Nome completo: **JOSEFA LINERIA DA SILVA**
e de **PARAÍBA** Unidade Federada
natural de **Cajazeiras** nascida em **06** de **Janeiro** de **1956**
concluiu, em **1980**, o ensino em nível de **1º grau, por ter sido aprovada(a) em Exames de Suplência de Educação Geral, com direito a prosseguir estudos em caráter regular. O presente Certificado tem valor nacional.**
Ano

Col. Est. Profa. **CRISTINA GOELHO**
Órgão expedidor

Cajazeiras, 14 de Janeiro de 1983
Local e data

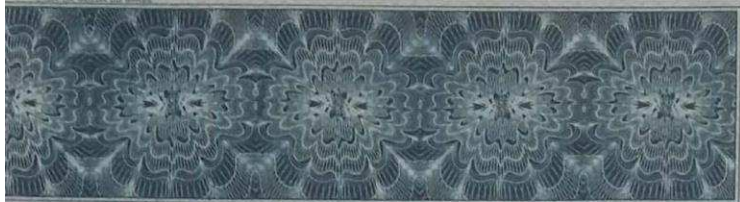
Maria de Silva
Assinatura do Portador

José Francisco de Almeida
Responsável pelo órgão expedidor

HISTÓRICO ESCOLAR	MENÇÃO	REALIZAÇÃO DAS PROVAS		REGISTROS E OBSERVAÇÕES
		DATA	UNIDADE FÉDERADA	
DISCIPLINAS				
Língua Portuguesa	5,14	10-07-79	Pb.	
História	5,94	22-07-80	Pb.	
Geografia	5,04	14-12-79	Pb.	
Matemática	5,47	24-07-80	Pb.	
Ciências	5,15	13-07-79	Pb.	
Organização Social e Política do Brasil	6,06	12-12-79	Pb.	
Educação Moral e Cívica	6,18	13-12-80	Pb.	

342/79-03

005771-PB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Paraná Nº 160100003941

UNIDADE DA FEDERAÇÃO
GOIÉRIO NOSSA SENHORA DE LOURDES

NOME DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO
Praga Ana de Albuquerque, 12 - Cajazeiras-Paraná

FUNDIÇÃO COMPLETO
Mitra Diocesana Diocese de Cajazeiras

NOME DA ENTIDADE MANTEDORA
Resolução nº 71/81 do Conselho Estadual de Educação

ANO N. DATA CRIAÇÃO DO TÍTULO REALIÇÃO QUE AUTORIZOU OU RECONHEceu O FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO

O DIRETOR do COMITÊ NOSSA SENHORA DE LOURDES
CONFERE A MARIA DO DISTRITO
FILHA DE Manoel Calisto da Silva E DE Josefa Linária da Silva

NATURAL DE Serra Grande UNIDADE DA FEDERAÇÃO Paraná
NASCIDA EM 06 DE janeiro DE 1956 O PRESENTE DIPLOMA POR HAVER CONCLUÍDO EM
14 DE dezembro DE 1985 a habilitação de NÍVEL MÍNIMO de 1º Grau

DO ENSINO DE 2º GRAU.
TÍTULO PROFISSIONAL CONFERIDO Professor de Ensino de 1º Grau da 1ª à 1ª série do 1º Grau
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL De acordo com os artigos 3º, alínea "a" e 16, combinados com os artigos 4º
e 6º da Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971.

Cajazeiras 25 DE março DE 1985

Adriano Maranhão de Albuquerque
Dir. Inst. Qualificação de Andrade
Diretor - Reg. 91-DW

Francisco de Assis
Vice-Diretor

Francisco de Assis
Diretor

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 COLÉGIO N. S. DE LOURDES - CONVÊNIO/SEC-PB
 CAJAZEIRAS - PARAÍBA

Turno: manhã
 Formulário de Matrícula Nº: 33
 Grau: 2º
 Série: 3º Ped
 Visto do Adm. Adjunto: _____
 RENDA FAMILIAR Cr\$: _____

I - DADOS SOBRE O ALUNO:

Nome: Maria do Disterro
 Data Nasc. 06.01.56 Natural Serra grande Est. PB
 Profissão Professora Religião _____
 Endereço Rua João Teófilo Nº 533 FONE _____

II - FILIAÇÃO:

Pai: Mannel Calisto da Silva
 Mãe: Josefa Givânia da Silva
 Respons. Maria do Disterro

III - ESCOLA DE ORIGEM:

Cidade _____ ESTADO _____

IV - DOCUMENTOS APRESENTADOS:

ESPÉCIE	ÓRGÃO EXPEDIDOR	LOCAL	NÚMERO
Reg. Civil <input type="checkbox"/> Certidão <input type="checkbox"/>			
CR <input type="checkbox"/> CAM <input type="checkbox"/> CDI <input type="checkbox"/> CI <input type="checkbox"/>			
Título de Eleitor			
Cart. Trabalho			

OBS: _____

Cajazeiras, 08 / Jan / 1985

Visto Func. _____

Maria do Disterro
 Aluno ou Responsável

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC
SECRETARIA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS - SEPS
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - MOBRAL
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO MOBRAL NA PARAÍBA - COORD/PB
SETOR RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SUPLETIVA - RESUP

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins, que MARIA DO DISCIPRO
participou do Treinamento do Projeto DE
EDUCAÇÃO INTEGRADA/PNT no período de 27 à 30 DE
AGOSTO/84 com carga horária total de 33 horas.

SOUSA, 30 / 08 / 84.


RENAULT VIEIRA DE SOUZA
Coord. Est. do MOBRAL/PB

R E Q U E R I M E N T O
= = = = =

Senhor Diretor:

Mario do Nascimento, residente Cajazeiras
Nome do aluno

Rua São Teófilo, nº 533, requer a V. S. per-
Nome da Rua

sua matrícula na 2ª série do 2º Grau
Grad e Curso

do COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES e para isso junta a este re-

querimento a importância para a caixa escolar e a documentação

abaixo relacionada:

- certificado de escolaridade

a) Transferência - atestado de conduta

- ficha de educação Física

b) Fotocópia da certidão de Nascimento

c) Atestados de saúde e vacina

d) Número, zona e circunscrição do título de eleitor nº 19626

zona: 33ª
cic. - Paraíba.

e) certificado de serviço Militar.

Neste termos

P. Deferimento

Cajazeiras, 19 de março de 1974

Mario do Nascimento

Assinatura do requerente ou respons.

Como pede:

Aos alunos que vinham cursando no COLÉGIO, a documentação já
está arquivada na Secretaria.

ANEXO C: Referente ao material didático produzido por Maria do Disterro, no período de estágio do Curso Pedagógico de Habilitação ao Magistério, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

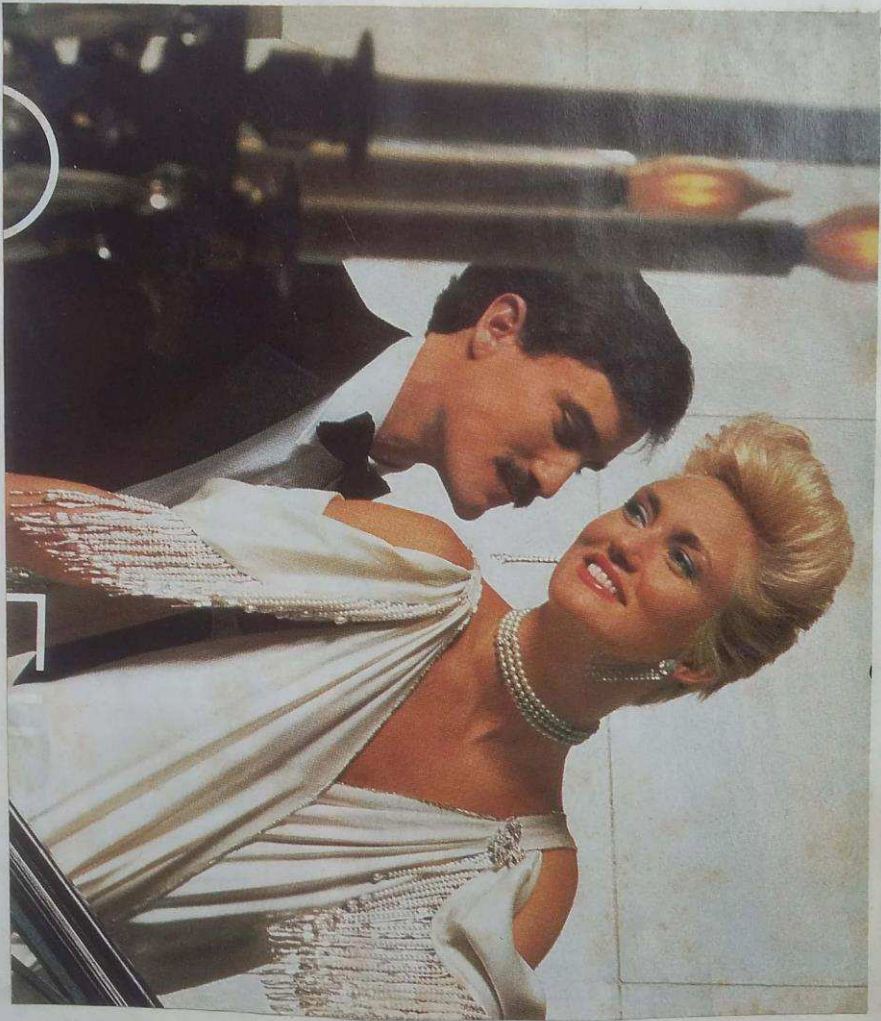


200
C.M.P. Incalves
Cof. 5.27/05/85

Conheça Neste álbum,
Você e uma parte dos meus familiares
e amigos.



Boa Noite Edna tenho 29 anos e estou cursando
o 3º ano Pedagógico. Sou alegre e vivo em Paz com todos
Os meus...



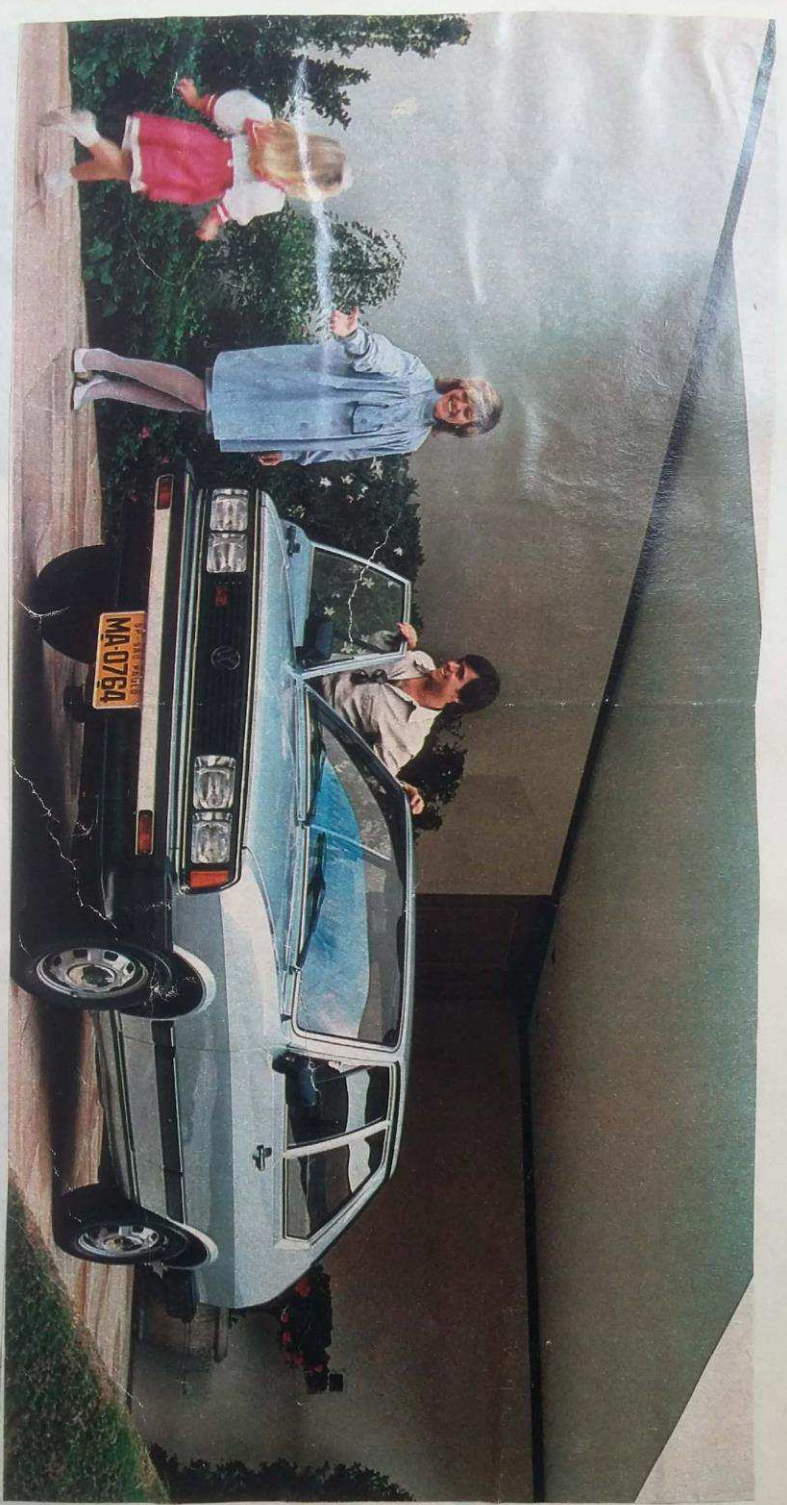
Esta é minha irmãzinha Nínia e sou o povo 2/10
casados há um ano, porém não temos filhos ainda.
Fizemos depois de dois anos, os nossos nomes em S.E.



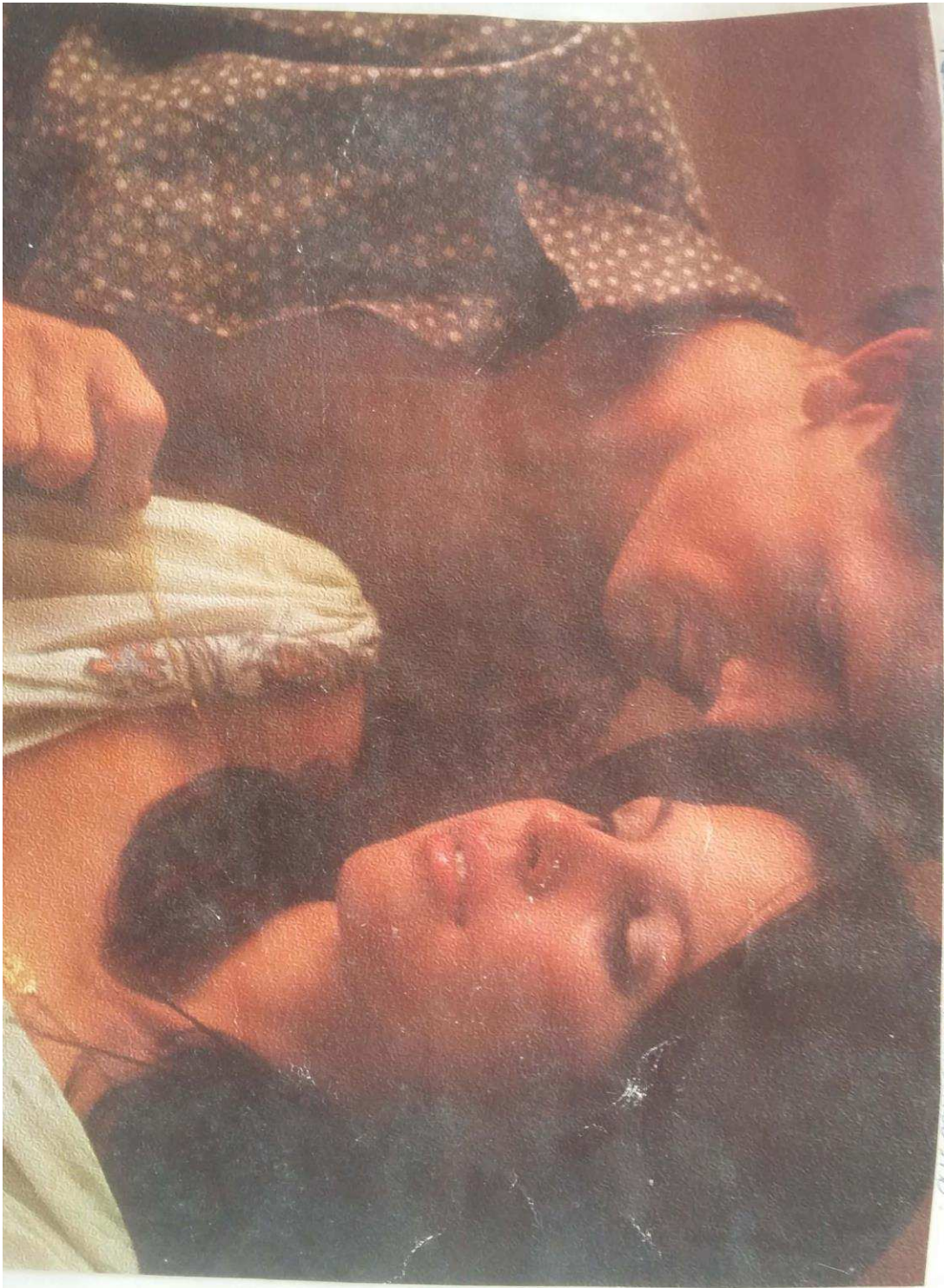
Aqui é a vizinha invulsa já e não espora
Dê. Casados há 11 meses. Porém já têm uma
filhinha fígura com um mês de nascida.
Da dois estão muito felizes...



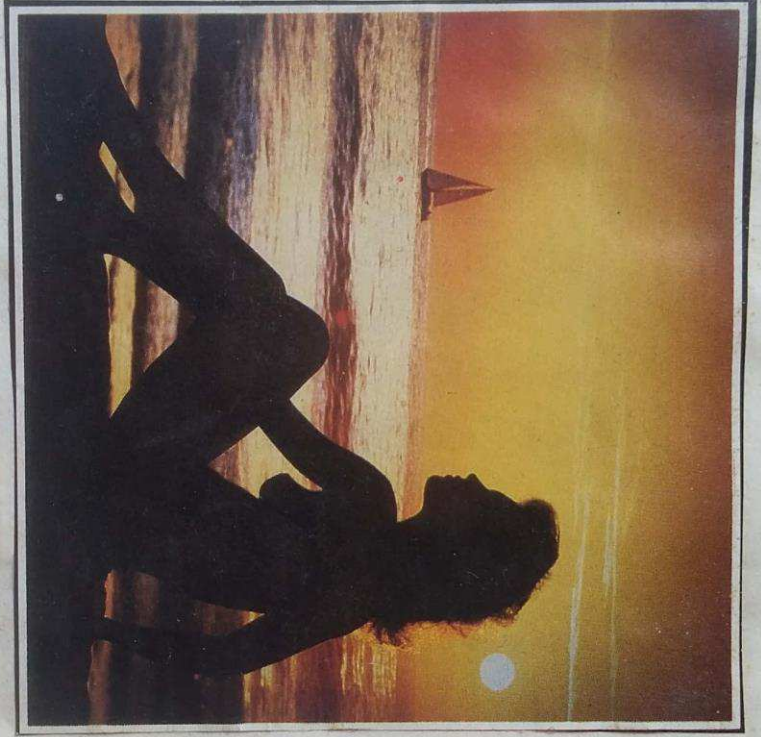
Esta é a varinha Solimãna Fátima.
Filha do casal Fátima e D. J.
É a linda da titia.



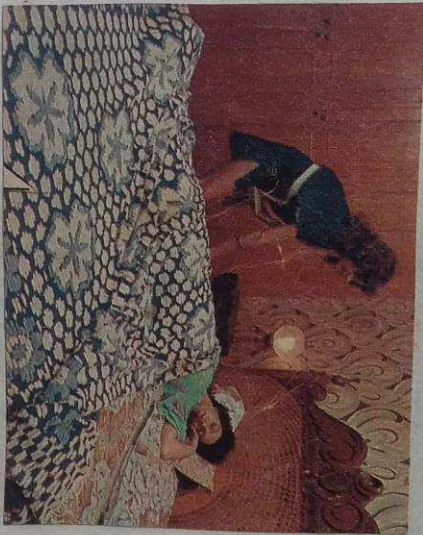
Aqui está meu irmão Monner, sua esposa
Lindivalva e sua filha Fátia sua Bela Garota
que a filha Grossa é eu. Ambos moram em S. Paulo



Aqui é a minha filha Fátima com o Dr. Salazar iniciando o parto 21/12.



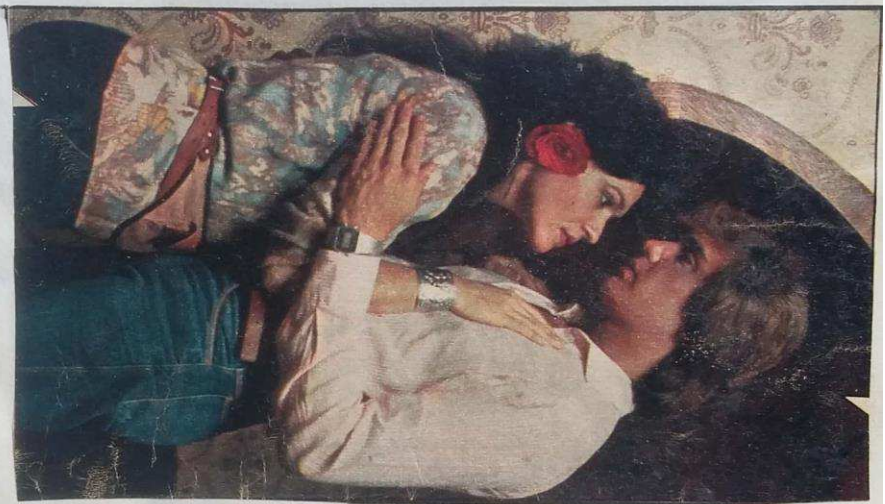
Esta é a minha amiga Solange, ela adora
uma praia e ficar bem bronzada. Gosta de roupas
alto e magro.



Aqui sou eu acordando a minha amiga
Kátia.
- Kátia o telefone toca, é Para Você, acorda!



Aqui está Kátia a minha amiga
atendendo o telefone.



Kátia atendeu o telefonema e marcou encontro com o
seu antigo amante, René. Já se encontraram, com o intuito
de fazer um filme.

Estes são: Jossy e Aníbal meus amigos, nos
seus momentos e neste momento liberam o
meu lado. Adoramos passear em sua bicicleta.





É a Mãe do Distrito e minhas Características
Reais.

Sou uma Pessoa simples, alegre Princesa quando
Os Sacrifícios me rodeiam. Pois só assim eu
estou feliz.

Não sou dizer "Não" mas, quando não posso agir, procuro a maneira possível para dar minha resposta. Gosto da espontaneidade e da responsabilidade. Não gosto de mentiras nem falsidades de quem faz as coisas, principalmente quando se trata de "ser humano". Respeito as sentimentos de todos pois cada um, tem seu modo de pensar e de agir.

Sou religiosa e tudo que flanelo, que faço, com isso principalmente com Deus! Não acho nada difícil quando há luta, tensão, organização e boa vontade. Não gosto muito de trabalhar, não é quem quer saber que assume esse compromisso. Gosto de decisão, sou clara e reconheço o meu erro. Sou aluna de 3º ano Ped. Gosto de falar as profissões e de falar minhas colegas. Pretendo ser uma boa professora como também uma educadora. Afinal quem sou eu? Gostaria de ser um gênio principalmente / ensinar os meus objetivos.

Cajazeirense classificada em 2º no concurso Comoci



Maria do Desterro foi premiada em 2º lugar

CAJAZEIRAS (O NORTE)

Maria do Desterro, aluna do 2º ano pedagógico do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Cajazeiras, foi a 2ª colocada no Estado da Paraíba no concurso que a Comoci (Coordenação de Moral e Civismo) promoveu sobre o tema "Vida e Obra de Cecília Meirelles". A aluna cajazeirense, que foi homenageada por professoras e alunos no salão de festas do referido colégio, disse que a finalidade do concurso era incentivar os estudantes a tomarem conhecimento da importância, na literatura nacional, das obras da famosa escritora. Disse ainda, que é importante que se façam outras promoções do gênero, a fim de despertar o interesse dos estudantes brasileiros para as obras dos grandes escritores nacionais. Maria do Desterro fez questão de afirmar que a sua colocação no concurso se deve ao seu esforço pessoal, ao interesse que tem pela matéria.



PETROBRÁS
confere a

o diploma de participação na
MARATONA ESCOLAR 84
CECÍLIA MEIRELLES

 **PETROBRÁS**
BIOCH EDUCAÇÃO

Turner: 86.

Verkauf beim Schiffsbrücken der Kutter.

Speisen 11.12.85



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS
GABINETE DO PREFEITO


PORTARIA Nº 251 / 98

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS-PB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.195/98, de 11 de agosto de 1998, que dispõe sobre o Quadro Suplementar de Pessoal.

R E S O L V E : :

Regularizar, a partir desta data, a situação funcional junto a esta Edilidade, da servidora, MARIA DO DESTERRO, RG nº 649872-SSP-PB, Professora, com lotação na Secretaria da Educação, por estar prestando serviço ao município desde 02 de julho de 1986, servindo-lhe de título a presente Portaria.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS-PB, em 12 de agosto de 1.998.


DR. EPITÁCIO LEITE ROLIM
PREFEITO

INSCRIÇÃO	NOME	ESCOLA/REDAÇÃO NO. DE DO CURSO	GRUPO DE TRABALHO	CLASSE DO ALUNO	N.º DE FOLHAS DE PRESENÇA	DATA DE PRESENÇA
53/86	Maria do Sistema	Pedagogia	Gratuita	Classe 1	31	
69/87	Mãe de Fatima Ferreira	Serviço - Multidisciplinar	Servente	Nível 1	31	
72/87	Maria Pereira Regenera	Psicologia	Servente	Nível 1	31	
87/86	Carla Maria de Souza	Psicologia	Servente	Nível 1	31	
70/89	Regina Maria de Souza	Psicologia	Servente	Nível 1	31	
	Raimunda Maria de Souza	Matemática	Servente	Nível 1	31	
	Josefa Pereira Regenera	Curso de Pedagogia	Professora	Classe 1	31	

Subs-tituindo no Plano de emergência a POP para Maria e para o período de 05-10-87 a 11

Regenera 31-12-87

Maria do Sistema

M. M. M. M. 09/12/87

Grupo de Trabalho de Avaliação de Desempenho

MAT.	NOME	CARGO/CLASSE	1987	1988	1989	1990	1991
63/86	Maria do Souto	diretora/a	90%	90%	90%	90%	
132/87	Maria de Fátima Rocha Pereira	professora/c	80%	10%	90%	90%	
58/86	Maria de Lourdes Dias Malheiros	professora/a	80%	10%	90%	90%	
2044	Maria do Socorro Barreira Melo	professora/c	80%	10%	90%	90%	
1105/87	Maria Elvira Soares Olivato	professora/a	80%	90%	90%	90%	
052/87	Rita Maria da Silva	professora/a	80%	10%	90%	90%	
040/87	Edilga Rocha dos Anjos	professora/a	80%	10%	90%	90%	

Assinatura, 31.10.87
 DIBAL E DINA

Maria do Souto

09 / 12 / 87

BOLETIM DE FREQUENCIA DO PESSOAL TECNICO E/OU ADMINISTRATIVO (MDO, 20)

NUM. MATRICULA	NOME	ESPECIALIDADE NO. DE DO TURNO	CLASSIF. DO FUNCAO	CLASSE DO FUNCAO	DIAS DE ABSENÇA	DIAS DE PRESENÇA
53/86	Maria do S. Terno	Pedagogica	Secretaria	Classe III	31	31
69/87	Mãe de Fatima Ferreira	Secretaria - Qualificação	Secretaria	Nível I	31	31
72/87	Maria Pereira Bergamo	Primária	Secretaria	Nível I	31	31
87/86	Reyza M. de Almeida Bergamo	Primária	Secretaria	Nível I	31	31
70/81	Raimunda M. de R. Bergamo	Qualificação	Secretaria	Nível I	31	31
	Joselma Pereira Bergamo	Ensino de 1ª e 2ª séries	Professora	Classe III	31	31

Substituindo no plano de ensino a professora Maria e Maria Din no período de 05-10-87 a 17

Calheiros 31-12-87

Maria do S. Terno

M. J. S. Calheiros 09/12/87

ENDEREÇO SECRETARIA Av. J. J. Moreira Município de Alvinópolis Estado de MG
 NOME DO EMPREGADO ROSELIANE FERREIRA Rua Alf. J. J. Costa
 Nº 8/95
 FUNÇÃO BATERIA Emprego NES Digitação ANO 1988

BOLETIM DE FREQUÊNCIA DO PESSOAL TÉCNICO E/OU ADMINISTRATIVO
 (MOD. 20)

Mat.	Nome	Nome do Curso	Cargo ou Função	Classe ou Símbolo	Dias de Serviço	Total de Faltas	Observação
3100-3	Genilda Maria de Souza	Magis	Servente	Nível 1	31	-	-
	Neuda Sáfio	Magis	Servente	Nível 1	31	-	-
3070-4	Maria de Fátima Sacramento Francisco	Magis	Servente	Nível 1	31	-	-
3100-4	Maria de Fátima	Belogógica	Planimetra	Nível 1	31	-	-
3100-8	Maria Renata Bezerra	Magis	Servente	Nível 1	31	-	-
3070-0	Francimunda Maria Rosas	Magis	Servente	Nível 1	31	-	-
3070-3	Clayton Maria de Alvim Bezerra	Magis	Servente	Nível 1	31	-	-

Local e data Alvinópolis, 29/12/88

Ass. Secretário Esc. Sebastião de Brito
 Reg. Nº Administrador Escolar Reg. Nº

Assessor